



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
LICENCIATURA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES

2022

REITOR

Jadir José Pela

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Adriana Piontkovsky Barcelos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luciano de Oliveira Toledo

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Lodovico Ortlieb Faria

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

André Romero da Silva

CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE

DIRETORA-GERAL

Maíra Maciel Mattos de Oliveira

DIRETORA DE ENSINO

Eliane Oliveira Lorete

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Cristiano Fim

DIRETOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

Evandro de Andrade Siqueira

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC - NDE

Karine Silveira (Presidente)

Adrianna Machado Meneguelli

Alex Caldas Simões

João Paulo Matedi Alves

Nanine Renata Passos dos Santos Pereira

Raoni Schmitt Huapaya

Assessoria Pedagógica

Jonadable Alves Palmeira

Tássia Nati

Assessoria Bibliotecária

Adriana Souza Machado

Eliana Bedim T. M. Zampirolli

SUMÁRIO

1- APRESENTAÇÃO	6
1.1- Apresentação Geral.....	6
1.2- Apresentação do curso.....	7
2- IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	11
2.1- Denominação.....	11
2.2- Área de conhecimento.....	11
2.3- Grau.....	11
2.4- Modalidade	11
2.5- Diplomas e certificados	11
2.6- Turno de oferta	11
2.7- Periodicidade.....	12
2.8- Tipo de oferta.....	12
2.9- Número de vagas oferecidas.....	12
2.10- Periodicidade da oferta.....	12
2.11- Carga Horária Total.....	12
2.12- Formas de acesso	12
2.13- Local de oferta.....	12
2.15- Prazo de Integralização curricular em anos	12
2.16- Histórico de criação e reformulações do PPC	13
3- JUSTIFICATIVA	13
4- OBJETIVOS	19
4.1- Objetivo Geral.....	19
4.2- Objetivos específicos.....	20
5- PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	21
6- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	23
6.1- Concepção.....	23
6.2- Metodologias	27
6.2.1- Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais.....	28
6.2.2- Perfil docente para atuar em disciplinas EaD.....	29
6.3- Estrutura Curricular	29
6.3.1- Matriz Curricular	31
6.3.2- Representação gráfica/fluxograma	35
6.3.3- Composição curricular	37
6.3.4- Disciplinas optativas	37
6.3.5- Ementário das disciplinas	37

6.3.6- Estágio Curricular Supervisionado	63
6.3.7- Atividades Acadêmico-científico-culturais.....	67
6.3.8- Iniciação Científica.....	68
7- AVALIAÇÃO	70
7.1- Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	70
7.2- Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem	70
7.3- Avaliação do curso.....	76
7.4- Plano de Avaliação Institucional	77
7.4.1- Mecanismos de Integração da Avaliação	78
7.4.2- Diretrizes Metodológicas e Operacionais	78
8- ATENDIMENTO AO DISCENTE	79
8.1- Assistência Estudantil	79
8.1.1- Programas Universais.....	80
8.1.2- Programas Específicos	80
8.2- Acompanhamento do discente e do egresso	81
8.3- Acesso a Pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	82
8.4- Ações afirmativas e atuação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi).....	84
9- GESTÃO DO CURSO	84
10- CORPO DOCENTE	88
11- INFRAESTRUTURA.....	91
11.1- Áreas de ensino específicas.....	91
11.2- Áreas de estudo geral	91
11.3- Áreas de esportes e vivência.....	92
11.4- Áreas de atendimento discente.....	92
11.5- Áreas de apoio.....	93
11.6- Infraestrutura tecnológica.....	93
11.7- Infraestrutura de Polo de Apoio Presencial.....	93
11.8- Biblioteca	93
11.9- Ambientes profissionais vinculados ao curso	99
12- PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	99
13- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

1- APRESENTAÇÃO

1.1- Apresentação Geral

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Com 22 campi em funcionamento, incluindo o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, o Ifes se faz presente em todas as microrregiões capixabas. O Instituto possui ainda 49 polos de educação a distância no Espírito Santo, o Polo de Inovação e a Cidade da Inovação.

Com atividades iniciadas em 2010, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), campus Venda Nova do Imigrante, tem atraído estudantes e professores de municípios e centros variados, em função do alto nível educacional que se propõe exercer e ofertar à comunidade. Circundada por muitos municípios e localidades, a cidade acaba recebendo e hospedando grande número de interessados num ensino de qualidade. Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Castelo e Vargem Alta são apenas alguns dos municípios vizinhos cujos jovens deslocam-se para Venda Nova do Imigrante em busca de uma formação de excelência; sem citar as inúmeras localidades cujos moradores propõem-se a se deslocar com igual intuito. Desse modo, é notória a importância da instituição para o setor imobiliário, tendo em vista que estudantes e servidores fixaram residência em bairros próximos ao campus, o que acelerou o processo de urbanização e de adequação para o recebimento de um fluxo externo de moradores.

Além dos cursos técnicos ofertados – em Administração e em Agroindústria, integrados ao Ensino Médio –, a Instituição ingressou no Ensino Superior com o Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos, em 2015 (curso reconhecido pelo MEC, em 2019, tendo obtido nota máxima em sua avaliação), ampliando o campo para as atividades de pesquisa e de produção intelectual. O ano de 2016 assistiu à proposta de ampliação do potencial formativo do Ifes de Venda Nova do Imigrante no que diz respeito à educação em nível superior, a partir da elaboração e da execução do projeto de seu primeiro curso de licenciatura, em atendimento às disposições do Art. 7º da lei de criação dos Institutos Federais, a Lei Nº 11.892/08 (BRASIL, 2008a): a Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa. Esta, partindo de demanda real observada entre a comunidade habitante do município, bem como da microrregião em que ele se situa, objetiva alçar o campus Venda Nova do Imigrante ao nível de referência também no que tange à formação educacional para o exercício da docência. Vale ressaltar que em 2017 o campus iniciou com o curso de Bacharelado em Administração,

que foi reconhecido em 2019 com nota 5 e que em 2022 o curso de Letras também passou pelo reconhecimento, obtendo nota 5.

Cabe ressaltar que, conforme disposto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2-2024/1 (IFES, 2019a), o Instituto Federal do Espírito Santo, instituição capilarizada cuja rede alcança todas as regiões do estado do ES, propõe-se a interagir com as comunidades de seu entorno, tanto através de projetos de pesquisa, de extensão e de programações culturais e científicas, quanto procurando suprir, na medida do possível, demandas sociais e profissionais, comprometendo-se com a inclusão social, com uma formação para a geração de renda e com a promoção da cidadania em todo o estado. Este é, precisamente, o escopo do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, o qual responde a forte demanda por iniciativas de formação de professores das disciplinas matriciais na região, conforme este documento tratará de explicitar.

1.2- Apresentação do curso

A atualização do Projeto Pedagógico do Curso (doravante PPC) de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, pertencente ao Instituto Federal do Espírito Santo, justifica-se pela necessidade de implementar melhorias para este curso, processo resultante de avaliação contínua e construção coletiva.

Esta reformulação do PPC foi realizada pelo Núcleo Docente Estruturante (doravante NDE), com a contribuição do Colegiado do Curso. O NDE, no processo de atualização, consultou a Coordenadoria de Gestão Pedagógica, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (Nepgens), o Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE), o Núcleo de Relações Internacionais e o Núcleo de Educação Ambiental, Agroecologia e Sustentabilidade (NEAAS), a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA), a Coordenadoria da Biblioteca, a Coordenadoria de Relações Institucionais, Extensão Comunitária (REC) e a Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (DPPGE) com o objetivo de contribuir para os assuntos de suas respectivas competências.

A importância de se ressignificar esta licenciatura vincula-se à regulamentação dos documentos oficiais em vigor, a saber:

1. No âmbito nacional, são referências os seguintes documentos:

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996);
- b) Parecer CNE/CES Nº 492/2001 - Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras;
- c) Resolução CNE/CES Nº 18, de 13 de março de 2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras;
- d) Resolução CP/CNE Nº 1 de 17 de junho de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- e) Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- f) Lei Nº 11.788/2008, que dispõe sobre estágios curriculares;
- g) Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- h) Resolução CP/CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- i) Resolução CP/CNE Nº 2, de 15 de junho de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental;
- j) Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- k) Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular;
- l) Portaria Nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- m) Resolução CNE/CP Nº 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

2. No âmbito do Instituto Federal do Espírito Santo, pautaram a reformulação deste projeto estes documentos:

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - PDI 2019/2-2024/1 (IFES, 2019a);
- b) Resolução do Conselho Superior Nº 01, de 11 de março de 2019 (IFES, 2019b);

- c) Portaria Nº 1149, de 24 de maio de 2017 - Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos de Graduação do Ifes, homologado pela Portaria Nº 1.149/17 (IFES, 2017a);
- d) Resolução do Conselho Superior Nº 58/2018, de 17 de dezembro de 2018, que regulamenta os estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes);
- e) Resolução do Conselho Superior Nº 38 de 13 de agosto de 2021 - Regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes;
- f) Instrução Normativa Nº 01/2020, de 25 de maio de 2020 - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.
- g) Orientação Normativa CAEX Nº01- 2020;
- h) Resolução do Conselho Superior Nº 58 de 15 de outubro de 2021, que normatiza a oferta de componentes curriculares a distância e o uso de tecnologias educacionais nos cursos presenciais do Ifes.

Além desses documentos, durante a atualização do PPC foram consultados os seguintes núcleos: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), Núcleo de Estudos Afro- brasileiros e Indígenas (Neabi), Núcleo de Arte e Cultura (NAC), Núcleo de Apoio a Projetos (NAP), Núcleo de Educação Ambiental, Agroecologia e Sustentabilidade (NEAAS), Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (Nepgens) e Núcleo de Relações Internacionais (NRI).

Também com base nessas diretrizes, e em consonância com a realidade local do público-alvo do ensino superior ofertado pelo *campus* Venda Nova do Imigrante, a estrutura curricular do curso preza pela flexibilidade, evitando, na maior parte das disciplinas, o estabelecimento de pré-requisitos para cursá-las. Tal escolha auxilia os estudantes a imprimirem um ritmo de integralização do currículo adequado a suas necessidades sociais e econômicas, uma vez que grande parte do público do curso é formada por alunos trabalhadores, os quais, frequentemente, enfrentam dificuldades em conciliar os compromissos acadêmicos com aqueles de suas vidas laborais.

A discussão coletiva para a elaboração do PPC, partiu do reconhecimento de dois projetos pedagógicos: o escrito e o “vivenciado”. Nesse sentido, entendemos que o documento escrito é estruturado de maneira que, para qualquer mudança, deva seguir um rito protocolar. Entrementes, o projeto pedagógico “vivenciado” é dinâmico, buscando sempre uma relação dialógica com a realidade. Essa percepção, entre as possibilidades do que é escrito e do que

é vivenciado, é o que pauta a concepção de currículo deste projeto pedagógico de curso. Apreendendo, assim, que as temáticas abordadas aqui, em atenção as legislações vigentes, não são apenas “transformadas” em conteúdos disciplinares. As temáticas aqui propostas, são vivenciadas nas relações intra e extramuro escolar e são como fios que tecem a teia de relações entre os sujeitos da comunidade acadêmica.

Nesse contexto, a concepção de educação assumida no PPC tem como fulcro questões, além das técnicas, que nortearão o ideal de perfil do egresso, tais com as temáticas: Étnico-raciais; Diversidade; Inclusão; Ambientais e Direitos humanos. Assim, o curso oferta para o graduando um rol de disciplinas que visam contemplar a perspectiva sociocrítica da formação profissional. A disciplina “Diversidade e Cidadania” contempla em sua ementa a Resolução CNE/CP Nº 1 de 17 de junho de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em que consta em seu artigo 1º, §1º que As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. A referida disciplina traz ainda como proposta, a discussão acerca das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional: indica o ponto de partida (educação especial) e assinala o ponto de chegada (educação inclusiva).

Também foram consideradas, na elaboração da sua ementa, as prescrições legais previstas nas concepções político-pedagógicas do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (Resolução Consup Nº 48/2019), que, por sua vez, busca respaldo legal nas ações governamentais como: o Programa Nacional de Direitos Humanos II (BRASIL, 2002); o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; o Programa Brasil sem Homofobia e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Estes são importantes documentos norteadores de políticas públicas que visam uma educação não sexista, que promova a equidade de gênero e o enfrentamento aos preconceitos. Para oferta da disciplina “Língua Brasileira de Sinais – Libras”, foi observado o disposto no Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, lei que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, ofertando a disciplina de Libras como disciplina curricular optativa. No que se refere ao discente público alvo da Educação Especial, foi ainda observada a Lei Nº 13.146/2015, que em seu capítulo IV, estabelece que a educação deve ser inclusiva e de qualidade em todas as modalidades, etapas e níveis de ensino, garantindo

condições e adaptações (levando em consideração suas especificidades) para o acesso ao currículo, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam conquistas, desenvolvimento, bem como, sua autonomia. O PPC atende à Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, inclusive, trabalhando este tema na disciplina de Trabalho e Educação. Atende ainda à Resolução CNE/CP Nº 2, de 15 de junho de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental, tratando o tema como transversal, além de tratar especificamente na disciplina Trabalho e Educação. É importante salientar que, na concepção de currículo proposta neste PPC, a interdisciplinaridade é tomada como um princípio educativo. A cada semestre os professores propõe seus planos de ensino, considerando não apenas a interlocução entre duas ou mais disciplinas, mas elaborando coletivamente ações coordenadas que possibilitam cooperação e articulação entre as disciplinas.

A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. As seis disciplinas específicas de extensão desta Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, possibilitam que os estudantes participem efetivamente em atividades com temáticas relacionadas à diversas áreas que se relacionam com o curso como temas sociais, científicos e tecnológicos, transversais, de inovação tecnológica, de direitos humanos, de diversidade e que atendam aos anseios da comunidade em geral. Ressalta-se que a comissão responsável pela revisão do PPC contou com a participação representantes da Coordenadoria de Gestão Pedagógica, dos núcleos e representantes da Coordenadoria da Biblioteca.

2- IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1- Denominação: Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa.

2.2- Área de conhecimento: Linguística, Letras e Artes

2.3- Grau: Licenciatura

2.4- Modalidade: Presencial

2.5- Diplomas e certificados: Licenciado em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa

2.6- Turno de oferta: Noturno

2.7- Periodicidade: Semestral

2.8- Tipo de oferta: Crédito

2.9- Número de vagas oferecidas: 40 vagas anuais

2.10- Periodicidade da oferta: Anual

2.11- Carga Horária Total: 3.700 horas

2.12- Formas de acesso: O ingresso no curso será feito por meio do Sistema de Seleção Unificado – SISU. As vagas serão assim distribuídas: 50% das vagas serão destinadas a ações afirmativas e 50% à ampla concorrência. Os critérios de seleção serão definidos de acordo com a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012c), com o Decreto Nº 7.824, de outubro de 2012 (BRASIL, 2012d), com a Portaria Normativa Nº 18, de 11 de outubro de 2012 (MEC, 2012) e com a normativa institucional: Resolução CS Nº 43/2012 (IFES, 2012a) alterada pela Resolução CS Nº 15/2019 (IFES, 2019c). Eventuais vagas remanescentes de períodos subsequentes ao primeiro serão preenchidas por editais de transferência e novo curso.

2.13- Local de oferta: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – *Campus* Venda Nova do Imigrante. Endereço: Rua Elizabeth Minete Perim, 500, São Rafael – 29375-000. Venda Nova do Imigrante - ES. Telefone: (28) 3546-8600.

2.14- Coordenador: O curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do *campus* Venda Nova do Imigrante está sob a coordenação da Prof^a Dr^a Karine Silveira, SIAPE 1334204, desde a publicação da Portaria Nº 550, de 11 de março de 2022.

2.15- Prazo de Integralização curricular em anos

Mínimo: 4 anos (8 períodos)

Máximo: 8 anos (16 períodos)

2.16- Histórico de criação e reformulações do PPC

Criação ou reformulação	Data de implementação do PPC
Criação	2016/2
Reformulação	2017/1
Reformulação - Res. 01/2019	2021/1
Reformulação	2024

3- JUSTIFICATIVA

O *campus* Venda Nova do Imigrante, como já se disse, tem atraído desde o início de suas atividades estudantes do município e das cidades fronteiriças em busca da formação profissional e propedêutica de excelência ofertada pela rede Ifes. Anteriormente ao ano de 2015, porém, muitos dos jovens estudantes que, egressos de um dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do *campus*, objetivavam dar prosseguimento aos estudos pelo ingresso no ensino superior deparavam-se com três possibilidades: deixar seu município ou região para estudar em instituições públicas da capital; mover-se de estado, em busca de universidades federais pelo Brasil; ou, noutros casos, recorrer a instituições particulares de ensino situadas nas proximidades de onde vivem.

A partir do movimento de verticalização do ensino iniciado no *campus* em 2015 (movimento cuja necessidade é legalmente instituída no dispositivo de criação dos Institutos Federais), esses estudantes passaram a ter, em Venda Nova do Imigrante, um local para a continuidade de seus estudos em nível superior, com as prerrogativas de uma instituição federal de ensino, quais sejam: a qualidade dos serviços prestados à comunidade, além da gratuidade desses serviços.

A microrregião Sudoeste Serrana, onde está inserido o *campus* Venda Nova do Imigrante, é composta pelos municípios de Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição de Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante, que juntos possuem mais de 132.069¹ (cento e trinta e dois mil e sessenta e nove) habitantes. Merece destaque, nesse cenário, o crescimento populacional, tanto em função do crescimento do comércio e

¹ Dados coletados na pesquisa do Censo Demográfico 2010 do IBGE no Espírito Santo, disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

das indústrias locais, como também em função do Ifes, que atrai um público amplo desses municípios e das localidades vizinhas. Como são poucos os que podem se deslocar para a capital – que está a 104 km – para continuar os estudos, havendo inclusive um público potencial que trabalha durante o dia, mas sonha em dar continuidade aos estudos no turno noturno, é fundamental que uma instituição pública de reconhecida história e tradição, como é o caso do Ifes, procure ampliar suas possibilidades de oferta em nível de graduação.

A economia da microrregião tem na atividade agropecuária sua principal base de sustentação, sendo que essa atividade realiza-se, em sua maioria, em propriedades de base familiar. Há, entretanto, um contingente populacional considerável que, fixando-se nos centros mais urbanos, visa à continuação dos estudos – em especial no que tange ao ensino superior – em áreas diversas. Muitos candidatos à atividade docente, por exemplo, carecem de instituições e de cursos que contemplem seus anseios, razão por que a oferta de um curso de licenciatura no *campus* Venda Nova do Imigrante – já consolidado como importante polo educacional entre os municípios que compõem a microrregião – torna-se ainda mais necessária, por propiciar a formação de professores na, e para a, região.

No que concerne à área de Letras, a carência de profissionais é inquestionável. Mesmo os outros *campi* do Ifes que se situam razoavelmente próximos dos municípios de Venda Nova do Imigrante e região – como o de Ibatiba, o de Cachoeiro e o de Alegre – oferecem licenciaturas em outras áreas, mas não em Letras, o que provavelmente seja uma das causas da dificuldade em se encontrar professores de português, de literatura e de língua estrangeira na região. O município de Cachoeiro do Itapemirim é o mais próximo onde um estudante da microrregião Sudoeste Serrana pode encontrar um curso de graduação presencial em Letras, oferecido, porém, em uma instituição particular.

Quanto à situação do ensino superior especificamente em Venda Nova do Imigrante, convém ressaltar que há faculdades particulares que atuam no município, como a FAVENI que oferece cursos de Pedagogia, Engenharia Civil, Direito, Administração, Engenharia ambiental, Enfermagem e Ciências Contábeis presenciais (além dos cursos de Letras, Pedagogia e Matemática a distância); acaba, assim, abarcando um extenso público para cursos noturnos, público que a tem, para além do *campus* do Ifes, como única opção no município para a continuidade dos estudos.

Desse modo, a abertura do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, em 2016, além de atender à lei de criação dos Institutos Federais, inaugurando a primeira licenciatura do *campus* Venda Nova do Imigrante, atua em conformidade com objetivos estatutários do Instituto Federal do Espírito Santo, reafirmados em seu Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI 2019/2-2024/1), tais como: “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” e ministrar, em nível de educação superior, “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.” (IFES, 2019a, p. 39).

Ora, um curso de Licenciatura em Letras une de maneira inquestionável os dois compromissos institucionais citados, na medida em que a formação para a docência, por um lado, é permeada por processos educativos cuja finalidade última é a habilitação para o exercício profissional, relacionando-se diretamente com a geração de renda, bem como com a emancipação do sujeito, seja por vias de seu triunfo material e econômico, seja por proporcionar-lhe uma formação crítica, humanizadora e afeita à incorporação da reflexão e do estudo como elementos imprescindíveis para fundamentar sua participação efetiva na sociedade. Por outro lado, por visar, em última instância, à formação dos estudantes para atuarem na educação básica, buscando elevar os índices de qualidade nesses níveis de ensino, torna-se um curso estratégico para o desenvolvimento local e, conseqüentemente, do estado do Espírito Santo e do país.

A escolha pela criação de uma licenciatura na área de Letras se deu, portanto, não apenas mediante a constatação da carência, na região, de profissionais com sólida formação nesta área, mas também ante a percepção do interesse por parte de alunos do Ifes e de diversos moradores da cidade em um curso dessa natureza.

Tal percepção partiu, a princípio, de duas iniciativas. A primeira, realizada no próprio *campus*, consistiu-se numa diagnose feita com os alunos que estavam, em 2015, cursando o último ano do Ensino Médio. Os professores de língua portuguesa e, entre outros, o de sociologia, antes mesmo da Audiência Pública realizada com o objetivo de apresentar à comunidade os cursos superiores propostos pelo *campus*, realizaram uma pesquisa sobre a viabilidade de um curso de Letras na região, o grau de interesse e o público potencial. O resultado dessa pesquisa foi animador, uma vez que cerca de 90% dos alunos responderam positivamente com relação à viabilidade do curso, e ao interesse pela área, principalmente por se tratar de um curso noturno. Os alunos em questão corroboraram o que já havia sido previamente detectado pelo corpo docente: a extrema carência desse profissional na região. A Audiência Pública, importa ressaltar, aprovou em primeira instância, e sem quaisquer objeções, a implantação do curso de Licenciatura em Letras no *campus*.

A segunda iniciativa foi voltada a algumas escolas do município: realizaram-se entrevistas com a diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Fioravante

Caliman e com o diretor da Coopeducar, nos dias 16 e 17 de março de 2016, a fim de verificar sua percepção acerca da necessidade e viabilidade da implantação do curso Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa em Venda Nova do Imigrante. Além disso, foram feitas diversas consultas informais entre educadores da região, sempre encontrando resposta favorável à implantação do curso no Ifes.

A EEEFM Fioravante Caliman fica localizada no centro de Venda Nova do Imigrante. A diretora, Celina Januário Moreira, avaliou positivamente a implantação do curso de Licenciatura em Letras, o qual atenderá a uma demanda real que ela percebe na região. A diretora relatou que vários alunos egressos da escola haviam prestado vestibular para o curso de Letras da Ufes recentemente e que um grande número de concluintes do Ensino Médio matriculara-se em faculdades particulares de Cachoeiro do Itapemirim e Castelo (ES) ou na Universidade Federal de Viçosa (MG). A diretora também disse considerar que os professores de Português que passam pela escola muitas vezes não são suficientemente qualificados por falta de formação adequada: frequentemente faltam-lhes conhecimento amplo e sólido da língua e da literatura e formação didática suficiente para um trabalho docente satisfatório. Ressaltou ainda que a escola estaria aberta a parcerias com os futuros estudantes de Letras para realização de projetos, prática pedagógica e estágio supervisionado.

Já o professor José Adelson Viçosi, diretor da Coopeducar, uma das escolas particulares mais conhecidas da região, afirmou que faltam profissionais formados em Letras em Venda Nova do Imigrante e municípios vizinhos: há demanda por professores de Português, e há poucos profissionais qualificados. O diretor afirmou estar seguro de que muitos licenciados em Pedagogia (curso ofertado pela única faculdade particular do município) buscarão nova licenciatura em Letras para ampliar sua formação e suas possibilidades de trabalho. O diretor ainda explicou que muitos professores tiveram uma formação excessivamente teórica e pouco voltada para a prática docente, e por isso considera fundamental que os docentes do curso superior tenham ampla experiência na educação básica e proponham um currículo voltado para a prática pedagógica, condições que, em sua opinião, podem ser perfeitamente atendidas pelo Ifes. Afirmou ainda que uma faculdade de Letras pode ser relevante para toda a sociedade, e não apenas para futuros professores, porque possibilita a formação humanística para diversos profissionais de outras áreas. Por fim, o diretor também abriu a possibilidade de trabalhos em parceria entre Ifes e Coopeducar para realização de estágios, projetos educacionais e atividades de prática pedagógica.

A fim de verificar o interesse da comunidade de Venda Nova do Imigrante e região pela implantação do curso de Licenciatura em Letras no Ifes, foi realizada uma pesquisa com estudantes finalistas do Ensino Médio entre os dias 15, 16 e 17 de março de 2016. A seleção

dos informantes visou à constituição de uma amostragem da realidade educacional do município; dessa forma, foram entrevistados 149 estudantes matriculados nas seguintes escolas:

- Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante (pública federal) – uma turma de 3º ano de Ensino Médio e duas turmas de cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio;
- EEEFM Fioravante Caliman (pública estadual) – uma turma de 3º ano de Ensino Médio na modalidade EJA e duas turmas de 3º ano de Ensino Médio regular;
- Coopeducar (particular) – uma turma de 3º ano do Ensino Médio.

Os estudantes entrevistados receberam um formulário com a seguinte descrição: “Este questionário é parte de um projeto com vistas à implantação de um curso superior de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa no Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante. O curso será presencial, ofertado no turno noturno, com duração de quatro anos e previsão de início a partir do segundo semestre de 2016. Solicitamos sua colaboração respondendo às perguntas abaixo, que serão consideradas nas próximas etapas do processo de implantação.”

A primeira pergunta do instrumento de pesquisa foi a seguinte: “Você tem interesse em matricular-se em um curso superior?” A questão buscava verificar, de maneira geral, a demanda dos estudantes finalistas do Ensino Médio por cursos de graduação. Do total de respondentes, 131 disseram “sim” à pergunta, e 18 disseram “não”, conforme gráfico a seguir:



A segunda questão do formulário propôs: “Você escolheria o curso noturno de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa ofertado pelo Ifes, *campus* Venda Nova do Imigrante?” O objetivo da pergunta foi verificar se há na região interesse especificamente por um curso de Licenciatura em Letras, com estudantes em número suficiente para que se

constitua público que justifique a implantação do curso. Dentre os 149 entrevistados, 63 responderam “sim” e 86 responderam “não”. Considerando-se o baixo número de entrevistados proporcionalmente à população de Venda Nova e região, pode-se facilmente concluir que há significativa demanda para o curso em questão.

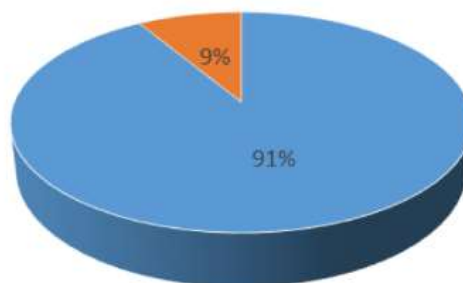


A seguir, os respondentes foram assim questionados: “Você indicaria esse curso a amigos, familiares ou conhecidos que possivelmente queiram cursar uma faculdade de Letras?” A questão expande a pesquisa de demanda pelo curso para além dos estudantes interpelados diretamente. Dentre o total de entrevistados, 141 responderam afirmativamente e apenas 08 responderam negativamente.



A quarta e última pergunta do instrumento de pesquisa foi a seguinte: “Você considera a implantação desse curso relevante para Venda Nova do Imigrante e demais municípios da região?” Dentre os respondentes, 136 disseram “sim” e apenas 13 disseram “não”.

Gráfico 04 - Relevância da implantação do curso de Letras Português para Venda Nova do Imigrante e municípios da região



- Consideram o curso de Letras relevante para o município e a região
- Não consideram o curso de Letras relevante para o município e a região

Assim, considerando-se a posição estratégica do *campus* de Venda Nova do Imigrante, cercado por municípios e localidades cujos moradores constituem público-alvo potencial dos cursos ofertados pela instituição, fez-se necessário considerar a urgência de oferecer um curso que contemplasse a área de Letras, a qual tem marcante interação com as Ciências Humanas, ao passo que se comprometesse com a formação de profissionais necessários à região, contribuindo ativamente com o seu desenvolvimento, um dos principais compromissos dos Institutos Federais.

4- OBJETIVOS

4.1- Objetivo Geral

A Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa tem por objetivo mais geral, conforme estabelecido pelo Parecer CNE/CES Nº 492/2001, “[...] formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro”.

4.2- Objetivos específicos

O objetivo geral se complementa pelo acréscimo de outros itens, decorrentes das finalidades de Educação Superior, prescritas no Art. 43 da LDB, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP Nº 02/2019 (BRASIL, 2019a). Desse modo, são objetivos específicos do curso:

- Formar profissionais aptos à compreensão das diversidades linguísticas que constituem a língua portuguesa em níveis diatópico, diafásico, diastrático e diacrônico e capazes de, sem abandonar a variante culta da língua, ensinar seus usuários a serem políglotas na própria língua e destros na adaptação da mesma a contextos de produção textual e interlocução oral distintos;
- Formar professores-leitores prontos para o entendimento tanto do cânone literário em língua portuguesa, quanto das “práticas literárias” contemporâneas; capazes de articular fontes e influências, sem parâmetros hierárquicos e sem juízos de valor pré-concebidos, e atentos às práticas literárias em outros suportes que não apenas o impresso. Ou seja: um professor-leitor capaz de refletir criticamente sobre as manifestações literárias contemporâneas sem perder de vista os diálogos com o cânone;
- Formar professores capazes de tecer relações com outras manifestações artísticas, para além da literatura, em diálogo interdisciplinar e intercultural; um profissional leitor de outros signos, capacitado, para tanto, por meio das disciplinas de “Análise do discurso”, “Literatura Comparada e Estudos Culturais”, “Literaturas de Língua Portuguesa”, “Literatura e Psicanálise”, “Literatura e Cinema”, entre outras;
- Formar professores que saibam se valer das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) não apenas de forma pretextual ou pseudo-contemporânea, mas como instrumental motivador e eficiente do processo de ensino-aprendizagem;
- Preparar professores comprometidos com princípios éticos formadores de uma cidadania reflexiva e crítica, a qual perpassa a compreensão da linguagem como fenômeno atravessado por uma dimensão social, histórica, cultural, política e ideológica, em suma, como fenômeno cuja compreensão e domínio é condição para o exercício pleno da cidadania;
- Formar profissionais aptos a ministrar de maneira significativa os conteúdos curriculares da educação básica, a partir de estratégias pedagógicas que favoreçam a transposição dos saberes apreendidos em nível acadêmico para as situações de ensino e aprendizagem;

- Comprometer-se com uma formação aprimorada que oportunize o envolvimento do graduando em Projetos de Pesquisa e de Extensão, o que contribuirá para a geração de profissionais que tenham iniciativa no mercado de trabalho, sejam questionadores e inovadores;
- Oportunizar a construção das competências necessárias não apenas ao exercício qualificado da docência em língua portuguesa e literatura, mas também à reflexão constante sobre o fazer docente, com vistas a seu aprimoramento por meio da pesquisa acadêmica, da articulação entre teoria e prática e da vivência participativa dos problemas e desafios do cotidiano escolar, nas diversas realidades socioeconômicas em que se pode atuar.

5- PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O lfes busca proporcionar uma sólida formação acadêmica com conhecimentos, habilidades e valores inseridos em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

Este PPC assume que o profissional licenciado em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas deve ter uma formação conforme prevista pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de língua portuguesa e suas literaturas, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área, espera-se do licenciado em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas seguinte perfil profissional:

- formação humanística, teórica e prática;
- capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística e literária;
- atitude investigativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- domínio dos diferentes usos da língua e de suas gramáticas;
- domínio ativo e crítico de um repertório representativo da literatura escrita em língua portuguesa;

- capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa;
- capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- assimilação crítica de novas tecnologias e conceitos científicos;
- capacidade de dar significado e relevância aos conhecimentos e à vivência da realidade social no exercício da docência, preparando novos estudantes para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
- competência para lecionar de acordo com as exigências da educação inclusiva, pautando-se no respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.

Isso significa que, no tocante à formação do profissional que deve lidar com o ensino de línguas, o domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e o uso das línguas e literaturas não é suficiente. Esse processo meramente informativo que dá ênfase à reprodução do já sabido, à memorização temporária de conhecimentos, sem maior significado, uma vez que não se dá relevo à compreensão, não deve caracterizar o processo formativo do professor de língua e literatura. Ao contrário, o formado deve aprender a compreender os fenômenos e não a memorizar elementos cujo alcance e significado desconhece dentro do domínio do conhecimento linguístico. Não se está negando a importância das informações, mas se está mostrando que sua aquisição deve estar direcionada à compreensão.

O curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante, foi pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que vise, exclusiva e prioritariamente, ao aprendizado da norma culta da língua, em sua modalidade escrita, por exemplo. Mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos e literários, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuários da língua e de leitores de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades. É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado *a priori*, mas como algo

contingenciado por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas de cursos superiores e do próprio curso.

O licenciado em Letras ainda terá sua formação aprimorada pelo seu envolvimento em Projetos de Pesquisa e de Extensão, o que contribuirá para a geração de profissionais que tenham iniciativa, que sejam questionadores e inovadores.

6- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1- Concepção

O curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante, adota saberes de diversas áreas do conhecimento humanístico, estético e científico, como forma de integração interdisciplinar que visa a superar uma formação que fratura e hierarquiza capacidades humanas. Assim, a organização curricular desta licenciatura considera, primeiramente, as orientações legais presentes na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20/12/2019, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a qual regulamenta como princípios balizadores uma sólida formação básica, com conhecimentos dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho, a associação entre as teorias e práticas pedagógicas e o aproveitamento da formação e das experiências anteriores. Ressalta-se ainda que a concepção curricular deverá contemplar o Decreto Nº 5.626 sobre a inclusão de Libras no currículo, a Resolução CP/CNE Nº 1 de 17 de junho de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a Resolução CP/CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a RES/CNE Nº 2, de 15 de junho de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental.

Essas diretrizes destacam que as instituições devem ser comprometidas com as necessidades educativas e tecnológicas da sociedade, não devendo ser vistas, portanto, de modo isolado e hierarquizado, como exclusivas produtoras e detentoras do conhecimento e do saber. Os referidos documentos salientam que os espaços acadêmicos formais devem primar pelo cultivo da cultura e da imaginação criativa, que, atreladas ao conhecimento, ao saber elaborado, produzem as condições objetivas de intervenção na sociedade, visando a transformá-la.

Por fim, as diretrizes ainda ressaltam que um curso superior como o de Letras, área que se relaciona de perto com as Ciências Humanas, põe em relevo a dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas. Observa-se, assim, a crescente importância de tais valores nas instituições de ensino, ao afastar-se de modelos tecnicistas, estes muitas vezes responsáveis pela permanência de padrões estanques de ensino e pela evasão escolar. Nesses termos, asseguram-se a ética, a interdisciplinaridade e as dimensões humana e profissional como aspectos indissociáveis; assegura-se, de igual modo, uma organização pautada nos princípios da flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais, eliminar a rigidez estrutural do curso e utilizar, mais eficientemente, os recursos de formação já existentes na instituição.

A consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, no que se refere a sua formação e histórico pregressos, bem como aos seus interesses e expectativas futuras no exercício da profissão, também são princípios a serem considerados. Além disso, em atendimento à referida normativa, este documento considera a importância do papel docente, devendo responder não apenas pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação discente como um todo.

Toda a organização didático-pedagógica contempla a indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão, pilares das instituições federais de ensino. Considera-se, nessa perspectiva, o currículo como um conceito não estanque, ou seja: seus sentidos e organização são produtos históricos, em processo constante de negociações, conflitos, diálogos, consenso, dissenso e lutas. É nesse espaço de permanente movimento que o documento normativo se constitui, sempre marcado pelo contexto social e pela diferença de ideias (MOREIRA; CANDAU, 2007). O PPC da Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante, considera que o currículo, para além da normatização e da organização de disciplinas e de conteúdos, envolve um conjunto de ações, decisões e atividades acadêmicas, de pesquisa e de atendimento à sociedade, dentre outros, que ambicionam uma plena formação cidadã e profissional. Tal conceito, por conseguinte, excede uma visão comprimida à “grade curricular”, visto que é atento às práticas sociais, aos conhecimentos prévios, como elementos imprescindíveis nos processos de ensino e de aprendizagem e nas relações sociais (SAVIANI, 2003).

Essa concepção de currículo considera a abrangência e complexidade da educação; fundamenta-se na premissa irrevogável dessa prática social como direito: isso significa uma concepção democrática e inclusiva de currículo. Para tanto, a proposta contempla uma série de marcos legais e institucionais, sobre os quais se passa a discorrer.

A Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do *campus* Venda Nova do Imigrante atende ao Decreto Nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), que normatiza a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior. A oferta dessa disciplina assegura maior pluralidade de ideias e uma formação acadêmica mais humanizadora. Implica, pelo viés da formação de professores, a observância dos pleitos da comunidade surda, o fomento a mudanças que permitam às instituições educacionais um alcance maior da socialização do saber elaborado, e a criação de espaços acolhedores, apartados de todas as formas de exclusão e de inferiorização de seres humanos.

Este PPC considera, também, a Resolução CNE/CP Nº 01, de 17 de junho de 2004 (BRASIL, 2004), que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e, de igual modo, atende ao disposto na Lei Nº 11.645/2008, que altera a LDB e incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008b). Tratam-se de marcos importantes na organização e na integração curricular, pois tais normativas, fruto de ações legais e lutas de movimentos sociais, asseguram no âmbito da instituição: a) a luta permanente por uma educação antirracista, livre de preconceitos, de violência e de estereótipos; b) o acesso a conhecimentos que repensam um padrão curricular eurocêntrico; c) a reflexão sobre a importância de negros e índios na constituição da sociedade brasileira; d) o respeito à diversidade constitutiva da sociedade brasileira. Integrase, assim, à luta pela valorização e reconhecimento da identidade, história e cultura dos negros e indígenas, e pela garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas e indígenas da nação brasileira. No curso de Licenciatura em Letras, tais premissas são constantemente observadas em discussões interdisciplinares e, de modo mais detido e concentrado, em pesquisas e em disciplinas como “Diversidade e Educação”, em eventos acadêmicos, bem como em ações do Neabi (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) do *campus* Venda Nova do Imigrante, núcleo que conta com participação constante de professores e estudantes do curso.

Após a constatação de que a barbárie da Segunda Guerra Mundial não poderia ser repetida, houve, em 1948, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2020) pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mesmo não tendo a força de uma lei, tal documento serviu de baliza para que Estados incorporassem tais parâmetros a legislações e políticas públicas locais, visando à proteção e à promoção dos respectivos direitos. Infelizmente, apenas a promulgação de documentos não é suficiente para garantir esses direitos em sua plenitude. Candau (2012) afirma que os direitos humanos constituem um foco

central da problemática das sociedades contemporâneas. Numa relação conflituosa de afirmação e violação, esses direitos configuram-se como referência para a construção de sociedades humanas e democráticas.

O curso de Letras do *campus* está atento a essa dicotomia. Desse modo, reitera-se o atendimento à Resolução CNE/CP Nº 02, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012a), as quais são frequentemente contempladas em eventos institucionais e diálogos interdisciplinares, perpassam de maneira transversal o currículo de variadas disciplinas dos estudos linguísticos e literários, além de receberem tratamento mais detido e concentrado em componentes curriculares como “Diversidade e Educação”, “Trabalho e Educação”, entre outros. Afinal, a educação em direitos humanos não se restringe à contextualização e à explicação das variáveis sociais, econômicas, políticas e culturais que interferem na educação (SILVA; TAVARES, 2010). Fomenta, sobretudo, um processo formativo ético, sensível, humanizador, pautado na alteridade, no respeito ao ser humano e à sua dignidade, no apreço pela diversidade e por valores democráticos, visando a, pela consciência do papel exercido pela educação na sociedade, lutar para sua tão necessária transformação.

Contempla-se, de igual modo, a Resolução CNE/CP Nº 02, de 15 de junho de 2012, que define as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012b). Trata-se, como se vê, da materialização de ações e diálogos interdisciplinares que asseguram uma formação que considera as relações dos seres humanos com a natureza, como parte dela; enfim, como parte de uma cadeia.

Em relação à formação de professores, este PCC reitera os princípios defendidos pela Associação Nacional de Formação de Professores (Anfope), a saber:

[...] a formação para a vida humana, forma de manifestação da educação omnilateral dos homens; a docência como base da formação; o trabalho pedagógico como foco formativo; a sólida formação teórica, a ampla formação cultural; a criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade da escola básica, desde o início do curso; a incorporação da pesquisa como princípio de formação; a possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas de gestão democrática; o desenvolvimento do compromisso social e político da docência; a reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho; a avaliação permanente dos cursos de formação; o conhecimento das possibilidades do trabalho docente nos vários contextos e áreas do campo educacional (ANFOPE 2000, apud ANFOPE, 2001, p. 3).

Por fim, reitera-se, consoante as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras (BRASIL, 2002a), que os conteúdos propostos na estrutura curricular do curso são organizados de forma integrada, compreendidos como toda e qualquer atividade que garanta

um exercício da profissão: desde os estudos linguísticos e literários aos eventos, pesquisas e práticas profissionais. É pautando-se em uma formação dialógica, sólida, consistente, interdisciplinar, plural e humanizadora que se pode vislumbrar uma perspectiva de ensino em sua relação dialética: do outro e do mistério.

6.2- Metodologias

Considerando a produção de conhecimentos como uma das maiores premissas do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, os profissionais de ensino atuantes no mesmo adotarão estratégias pedagógicas que possam integrar a teoria com a prática profissional e promover a integração entre os componentes curriculares através mormente de projetos interdisciplinares, estágios na atividade de docência e visitas a instituições que possibilitem aos discentes vivenciarem situações reais em espaços das áreas de atuação, estabelecendo relações entre os conhecimentos de diferentes áreas curriculares e a atividade de ensino.

Seguindo essa linha de ação e objetivando contribuir para a formação integral do sujeito, complementando a formação teórica recebida dentro da instituição, os discentes terão oportunidade de participar de projetos de pesquisa e extensão, de modo a atuar de forma integrada às necessidades da comunidade interna e externa, de acordo com a proposta de cada projeto.

Outra prática metodológica que ocupa a atenção do curso é o atendimento especializado a alunos com necessidades específicas. Em parceria com o Napne (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas), docentes e outros profissionais que atuam direta e indiretamente com o público-alvo específico da educação especial têm desenvolvido atividades e material que contemplem cada perfil atendido. O curso conta, ainda, com a colaboração de um tradutor e intérprete de Libras, servidor do *campus*, para o atendimento dentro e fora da sala de aula, além de um professor específico para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ambos auxiliam os docentes e os discentes, intermediando o processo de ensino e aprendizagem e promovendo a ampliação de recursos e meios que facilitem o contato entre aluno e professor.

Outra estratégia pedagógica prevista no curso é a motivação, fator de extrema importância para que a aprendizagem ocorra de maneira significativa. Acredita-se que tanto o conhecimento sobre o curso e as disciplinas que o compõem, quanto os conhecimentos já construídos sobre conteúdos que serão abordados com maior complexidade durante as diferentes etapas, podem exercer influência no aspecto motivacional do discente.

O atendimento extraclasse é também uma estratégia pedagógica que será utilizada sempre que necessário e, em especial, desde os períodos iniciais do curso, com o objetivo de possibilitar aos discentes um momento extra para sanar dúvidas com o professor da disciplina, contribuindo para a aprendizagem e para maior aproximação com os saberes indispensáveis à compreensão e à produção de conhecimentos posteriores, assim como sua aplicação na atividade de docência.

Outro ponto a ser destacado, enquanto estratégia pedagógica, concerne ao estímulo à participação em eventos da área, assim como à pesquisa e à inovação, que deverão estar presentes no cotidiano do curso. Por isso, além do atendimento contínuo, os professores do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e a Diretoria de Pesquisa e Extensão estarão disponíveis para orientação de Iniciação Científica, pois os atores envolvidos no curso acreditam na tríade Ensino-Pesquisa-Extensão como a chave para que o perfil almejado para o egresso seja plenamente consolidado.

Em síntese, o curso adotará estratégias pedagógicas variadas, com caráter interdisciplinar, que aliem teoria e prática, estimulem a pesquisa, a extensão e a inovação, de modo a atingir o perfil do profissional/egresso desejado.

6.2.1- Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais

O curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do *campus* Venda Nova do Imigrante é presencial, o que não impede que, em conformidade com a legislação em vigor, sejam utilizadas as tecnologias da informação e comunicação (TICs), como potencializadoras do processo de ensino aprendizagem.

O Ifes conta com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Moodle, em disciplinas ofertadas de forma EaD parcial ou integral. Os docentes contarão com todas as variedades de recursos que o Moodle disponibiliza. Como exemplo pode-se citar:

- Chat e fóruns: possibilitam a troca de mensagens e o esclarecimento de dúvidas, proporcionando interação dos discentes entre si e com os docentes;
- Wiki: possibilita a construção de textos em grupos, registrando a contribuição de cada componente, para o caso de uma posterior avaliação de participação pelo docente;
- Biblioteca: possibilita a disponibilização de material instrucional;
- Calendário: registra o agendamento das tarefas da disciplina;
- Interface com o sistema de registro acadêmico;
- Mensagens: possibilita o envio de e-mails e o controle de envios específico para a disciplina;

Mas, antes de usar essas possibilidades, nossos docentes serão capacitados para isso, conforme explicitado na seção 6.2.2 a seguir.

6.2.2- Perfil docente para atuar em disciplinas EaD

Os docentes para atuarem nas disciplinas EaD parcial ou integral precisam ter formação para desenvolverem suas salas virtuais. A instituição oferece em diferentes momentos um curso intitulado “Formação em Moodle para Educadores” que tem por objetivo habilitar no processo de construção de cursos no Moodle e no uso das principais ferramentas existentes neste Ambiente Virtual de Aprendizagem de modo a implementarem processos de ensino e aprendizagem em uma perspectiva ativa em que o estudante seja o protagonista neste percurso formativo a partir de uma relação de apoio e de mediação dialógica.

Tal perspectiva de mediação dialógica pressupõe diálogo, interação, interatividade, afetividade e empatia, bem como o acolhimento da diversidade e multiplicidade dos estudantes que compõem o alunado do curso. Requerendo o acompanhamento, a avaliação e feedback, a escolha das melhores formas para acompanhamento ao estudante, estabelecendo o contrato didático de forma que o estudante saiba o que se espera dele em relação a aprendizagem, com orientações claras sobre o que precisa fazer e como deve ser feito.

Nessa direção, é recomendável que os professores que atuem nessas disciplinas possuam este curso ou que apresentem habilidade de produzirem essas salas a partir de experiências anteriores de atuação em outras disciplinas na modalidade EaD parcial ou integral. Também será avaliada a interação, criatividade e envolvimento dos docentes que atuarem nestas disciplinas, visto que primamos pela qualidade e pela utilização de práticas criativas e inovadoras, dando enfoque à permanência e êxito dos alunos no curso.

6.3- Estrutura Curricular

O Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa está estruturado em um conjunto de créditos, desenvolvidos em períodos semestrais de 18 semanas, observados os dias letivos anuais previstos na LDB N° 9.394/96 (BRASIL, 1996). Para efeito de cálculo da carga horária do curso e de cada componente curricular, atribui-se a cada crédito uma carga horária de 15 (quinze) horas semestrais.

O currículo do curso está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, previstas na Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, organizada em três grupos, como veremos abaixo. De

forma geral, a organização do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa tem uma carga horária total de 3700 horas distribuída por eixos curriculares, a saber:

- Disciplinas específicas: 1605 horas;
- Disciplinas Pedagógicas – base comum: 830 horas;
- Práticas curriculares: 435 horas;
- Estágio Supervisionado: 400 horas;
- Carga horária de extensão curricularizada: 330 horas;
- Atividades acadêmico-científico-culturais: 100 horas.

Vale lembrar que esse caráter prático das disciplinas está previsto também na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, quando estabelece a necessidade de os cursos de Licenciatura apresentarem, no mínimo, 400h para a prática dos componentes curriculares

O tempo mínimo para integralização curricular será de 08 (oito) períodos e o tempo máximo, de 16 (dezesesseis) períodos/semestres.

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante foi constituída de forma a respeitar a tradição de estudos concernentes aos diversos aspectos e teorias sobre a linguagem e sobre o fenômeno literário, realizados em cursos de Letras.

Para garantir o cumprimento das disposições legais da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, optou-se, no curso que ora se apresenta, pelo desenvolvimento de estudos não presenciais, complementares à formação teórica ofertada em cada uma das disciplinas mais diretamente voltadas à docência em Língua Portuguesa e Literatura. Tal formato permite ao estudante um momento para, fora do espaço formal da sala de aula, mas ainda sob a orientação do docente titular de cada um desses componentes curriculares, vivenciar progressivamente um conjunto de situações que constituem a natureza do fazer docente, atrelando-as aos saberes específicos construídos nos estudos teóricos, enquanto aprende a pensar e planejar as formas de efetuar sua adequada transposição para os contextos de ensino e aprendizagem da Educação Básica.

A possibilidade de destinação de uma parte da carga horária total do curso para atividades não presenciais está garantida pelo Ministério da Educação por meio da Portaria MEC Nº 2.117/2019, na qual se lê:

Art. 2º As IES [Instituições de Ensino Superior] poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso. (MEC, 2019)

A carga horária não presencial corresponde a 36,21% da carga horária total do curso, percentual, portanto, inferior ao permitido pela legislação vigente.

O fato de a carga horária ser desenvolvida de maneira não presencial pode favorecer a autonomia do aluno no estudo e na pesquisa, além de flexibilizar o currículo com atividades variadas e com o fomento à utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação, uma vez que, para a operacionalização das atividades de carga horária prática, e com vistas ao registro e ao acompanhamento das tarefas desenvolvidas pelos estudantes, será utilizada a plataforma do Moodle Institucional do Ifes. Por meio dessa TIC, o professor poderá orientar, acompanhar e avaliar os estudos desenvolvidos pelos alunos. Será criada uma sala para cada disciplina que tenha carga horária não presencial, e nesse ambiente virtual de aprendizagem o docente responsável disponibilizará material para estudo, orientações de trabalho, fóruns e *chats*, assim como outras informações e tarefas que julgar necessárias. Os alunos também entregarão os resultados das atividades (relatórios, planos de ensino, sequências didáticas, debates etc.) por meio do Moodle.

O cumprimento das atividades de carga horária prática por parte dos alunos implicará o registro em pauta como frequência às aulas correspondentes; por conseguinte, o descumprimento dessas atividades será registrado em pauta como ausência; ao fim do semestre letivo, serão aprovados apenas os estudantes que alcançarem no mínimo 75% de cumprimento da carga horária total da disciplina.

6.3.1- Matriz Curricular

1º PERÍODO						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Introdução aos Estudos Linguísticos	Específico	Não possui	30	30	60	4
Estudos Literários I	Específico	Não possui	60	15	75	5
Leitura	Específico	Não possui	60	0	60	4
Leitura e Produção de Textos	Base Comum	Não possui	30	30	60	4
Bases Filosóficas da Educação	Base Comum	Não possui	30	0	30	2
Bases Sociológicas da Educação	Base Comum	Não possui	30	0	30	2
<i>Total do período</i>			240	75	315	21

2º PERÍODO						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Estudos de Língua e Literatura Latinas	Específico	Não possui	30	45	75	5
Estudos Literários II	Específico	Não possui	60	15	75	5
Estudos Gramaticais	Específico	Não possui	30	30	60	4
Linguística Textual	Específico	Não possui	60	0	60	4
Metodologia da Pesquisa	Base Comum	Não possui	60	20	80	5
Psicologia da Educação	Base Comum	Não possui	30	30	60	4
<i>Total do período</i>			270	140	410	27

3º PERÍODO						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Estudos Literários III	Específico	Não possui	60	15	75	5
Noções de Fonética e Fonologia	Específico	Não possui	60	0	60	4
Morfologia	Específico	Não possui	60	0	60	4
Didática Geral	Base Comum	Não possui	30	30	60	4
Política e Organização da Educação Básica	Base Comum	Não possui	0	60	60	4
História da Educação	Base Comum	Não possui	0	60	60	4
Prática Curricular I - Leitura e Produção de Textos Escolares no Ensino Básico	Prática Pedagógica	Não possui	30	45	75	5
<i>Total do período</i>			240	210	450	30

4º PERÍODO						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Literatura em Língua Portuguesa I	Específico	Não possui	60	15	75	5
Sintaxe I	Específico	Não possui	60	0	60	4
Sociolinguística	Específico	Não possui	30	30	60	4
Didática e avaliação da aprendizagem	Base Comum	Não possui	30	30	60	4
Educação Especial	Base Comum	Não possui	30	30	60	4
Prática Curricular II: ficções	Prática Pedagógica	Não possui	30	45	75	5
Práticas de Extensão I: Leitura literária	Extensão	Não possui	0	90	90	6
<i>Total do período</i>			240	240	480	32

5º PERÍODO						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Literatura em Língua Portuguesa II	Específico	Não possui	60	15	75	5
Sintaxe II	Específico	Sintaxe I	60	0	60	4
Gestão e organização do trabalho escolar	Base Comum	Não possui	30	30	60	4
Educação de Jovens e Adultos	Base Comum	Não possui	30	30	60	4
Trabalho e Educação	Base Comum	Não possui	30	0	30	2
Prática Curricular III: Estudos Gramaticais e ensino	Prática Pedagógica	Não possui	30	30	60	4
<i>Total do período</i>			240	105	345	23

6º PERÍODO						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Literatura em Língua Portuguesa III	Específico	Não possui	60	15	75	5
Análise do Discurso	Específico	Não possui	60	0	60	4
Teorias dos gêneros textuais	Específico	Não possui	60	0	60	4
Diversidade e Educação	Base Comum	Não possui	30	30	60	4
Prática Curricular IV: Poesia	Prática Pedagógica	Não possui	30	45	75	5
Práticas de extensão II: promoção do livro e leitura	Extensão	Não possui	0	75	75	5
<i>Total do período</i>			240	165	405	27

7º PERÍODO						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Literatura em Língua Portuguesa IV	Específico	Não possui	60	15	75	5
Leitura de literatura: ficção e poesia	Específico	Não possui	60	15	75	5
Noções de semântica e de Pragmática	Específico	Não possui	60	0	60	4
Prática Curricular V: Gêneros Textuais e Ensino	Prática Pedagógica	Não possui	30	45	75	5
Práticas de Extensão III: A redação do Enem para professores	Extensão	Não possui	0	90	90	6
<i>Total do período</i>			210	165	375	25

8º PERÍODO						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Literatura em Língua Portuguesa V	Específico	Não possui	60	30	90	6
Revisão de textos	Específico	Não possui	60	0	60	4
Estilística	Específico	Não possui	30	30	60	4
Língua Brasileira de Sinais – Libras	Base Comum	Não possui	0	60	60	4
Prática Curricular VI: teatro	Prática Pedagógica	Não possui	30	45	75	5
Práticas de Extensão IV: Como abordar teorias linguísticas no ensino de língua portuguesa?	Extensão	Não possui	0	75	75	5
<i>Total do período</i>			180	240	420	28

	CH Presencial	CH a distância	CH total	Créditos
Total de CH das disciplinas	1860	1340	3200	213
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais			100	6
Estágio supervisionado			400	26
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3700	245

6.3.2- Representação gráfica/fluxograma

O fluxograma do Curso Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, a ser oferecido pelo Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante, está exposto abaixo:

FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

1º PERÍODO 21 CRÉDITOS	2º PERÍODO 27 CRÉDITOS	3º PERÍODO 30 CRÉDITOS	4º PERÍODO 32 CRÉDITOS	5º PERÍODO 23 CRÉDITOS	6º PERÍODO 27 CRÉDITOS	7º PERÍODO 25 CRÉDITOS	8º PERÍODO 28 CRÉDITOS
Introdução aos Estudos Linguísticos 60H	Estudos de Língua e Literatura Latinas 75H	Estudos Literários III 75H	Literatura em Língua Portuguesa I 75H	Literatura em Língua Portuguesa II 75H	Literatura em Língua Portuguesa III 75H	Literatura em Língua Portuguesa IV 75H	Literatura em Língua Portuguesa V 90H
Estudos Literários I 75H	Estudos Literários II 75H	Noções de Fonética e Fonologia 60H	Sintaxe I 60H	Sintaxe II 60H	Análise do Discurso 60H	Leitura de literatura: ficção e poesia 75H	Revisão de textos 60H
Leitura 60H	Estudos Gramaticais 60H	Morfologia 60H	Sociolinguística 60H	Gestão e organização do trabalho escolar 60H	Teorias dos gêneros textuais 60H	Noções de semântica e de Pragmática 60H	Estilística 60H
Leitura e Produção de Textos 60H	Linguística Textual 60H	Didática Geral 60H	Didática e avaliação da aprendizagem 60H	Educação de Jovens e Adultos 60H	Diversidade e Educação 60H	Prática Curricular V: Gêneros Textuais e Ensino 75H	Língua Brasileira de Sinais – Libras 60H
Bases Filosóficas da Educação 30H	Metodologia da Pesquisa 80H	Política e Organização da Educação Básica 60H	Educação Especial 60H	Trabalho e Educação 30H	Prática Curricular IV: Poesia 75H	Práticas de Extensão III: A redação do Enem para professores 90H	Prática Curricular VI: teatro 75H
Bases Sociológicas da Educação 30H	Psicologia da Educação 60H	História da Educação 60H	Prática Curricular II: ficções 75H	Prática Curricular III: Estudos Gramaticais e ensino 60H	Práticas de extensão II: promoção do livro e leitura 75H		Práticas de Extensão IV: Como abordar teorias linguísticas no ensino de língua portuguesa? 75H
		Prática Curricular I - Leitura e Produção de Textos Escolares no Ensino Básico 75H	Práticas de Extensão I: Leitura literária 90H				

6.3.3- Composição curricular

A composição curricular já foi descrita detalhadamente conforme o texto do item 6.3.

6.3.4- Disciplinas optativas

Não haverá a oferta de disciplinas optativas no Curso de Licenciatura de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa.

6.3.5- Ementário das disciplinas

Disciplina: Introdução aos Estudos Linguísticos
Carga Horária: 60h
Período: 1º
Ementa: O estudo das línguas e a evolução da Linguística como ciência. Linguística e Gramática. Ferdinand de Saussure e o Curso de Linguística Geral. Conceitos básicos em Linguística. Linguagem, língua e fala. O signo linguístico na organização da fala e da escrita. Apresentação panorâmica das principais áreas de estudo em Linguística.
Bibliografia básica: FIORIN, José Luiz (Org.). Linguística? Que é isso? . São Paulo: Contexto, 2013. SAUSSURE, F. de. Curso de linguística geral . 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). Manual de linguística . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
Bibliografia complementar: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras . v. 01. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras . v. 02. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à Linguística: Fundamentos epistemológicos . v. 03. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004. FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística: II. princípios de análise . v. 02. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003. FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística: I. objetos teóricos . v. 01. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Disciplina: Estudos Literários I
Carga Horária: 75h
Período: 1º
Ementa: Conceitos e função da literatura; os gêneros literários, detendo-se na especificidade do gênero lírico; análise do poema; versificação, sonoridade e ritmo; a imagem poética; lírica e sociedade; o diálogo com as outras artes.
Bibliografia básica: EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. CAVALCANTI, Geraldo Holanda. A herança de Apolo: poesia poeta poema. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
Bibliografia complementar: SEGATTO, José Antonio; BALDAN, Ude (Org.). Sociedade e Literatura no Brasil. São Paulo: UNESP, 1998. POUND, Ezra. ABC da Literatura. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2013. CICERO, Antonio. A poesia e a crítica: ensaios. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. PERRONE-MOISÉS, Leyla. Inútil poesia e outros ensaios breves. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: Literatura e senso comum. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Disciplina: Leitura
Carga Horária: 60h
Período: 1º
Ementa: Aspectos cognitivos, textuais, argumentativos, pragmáticos e discursivos da leitura. Leitura de textos diversos em língua portuguesa, com ênfase em textos do domínio científico.
Bibliografia básica: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Desvendando os segredos do texto. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. (Orgs.) Leitura e mediação pedagógica. São Paulo: Parábola, 2012, 256p
Bibliografia complementar: ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003. 182 p. OLIVEIRA, Luciano Amaral. Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria e a cca. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2010. 270 p. ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009. 237 p. GERALDI, João Wanderley (Org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Anglo, 2014. 136 p. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 168 p.

Disciplina: Leitura e Produção de Textos
Carga Horária: 60h
Período: 1º
Ementa: Leitura, discussão e produção de textos diversos. Estimulação à leitura e à transposição de textos. Noção de discursos. Noção de tipo e de gênero textual. Elementos de revisão textual. (coesão, coerência e textualidade). Emprego dos pronomes. Elementos de revisão gramatical (ortografia, regência, colocação, paralelismo e encadeamento sintático). Organização do texto científico (introdução, encadeamento e conclusão). Resumo e fichamentos. Resenha. Artigo Científico.
Bibliografia básica: KOCH, I. G. V. A coesão textual . 22. ed. São Paulo: Contexto: 2010. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA L. C. A coerência textual . São Paulo: Contexto, 1990. VAL, M. G. C. Redação e Textualidade . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
Bibliografia complementar: MEDEIROS, J. B. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. Ler e compreender : os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2015. MOTTA-ROTH, D; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2010. MACHADO, A. R. (Coord.). Resumo . São Paulo: Parábola, 2004. MACHADO, A. R. (Coord.). Resenha . São Paulo: Parábola, 2004.

Disciplina: Bases Filosóficas da Educação
Carga Horária: 30h
Período: 1º
Ementa: Introdução à Filosofia. A Filosofia e o Pensamento educacional. Do mito à invenção da razão: contribuições da filosofia clássica e medieval na educação. Antropologia Filosófica e Educação. O Pensamento Moderno e Contemporâneo e a Educação. Filosofia da Educação e a Pós-modernidade. Axiologia na Educação: Os valores em educação.
Bibliografia básica: ARANHA, M. L. de Arruda. Filosofia da Educação . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. CHAUI, Marilena de Sousa. Convite à Filosofia . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia : romance da história da filosofia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
Bibliografia complementar: ARANHA, M. L. de Arruda; MARTINS, M. H. Pires. Filosofando : introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia : de Nietzsche à Escola de Frankfurt. v. 6. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia : do Humanismo a Descartes. v. 3. São Paulo: Paulus, 2004. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia : filosofia pagã antiga. v. 1. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. SAVIANI, Dermeval. Educação : do Senso Comum à Consciência Filosófica. 19. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

Disciplina: Bases Sociológicas da Educação
Carga Horária: 30h
Período: 1º
Ementa: Introdução ao estudo da Sociologia: contexto histórico de seu surgimento, diferença entre ciência e senso comum, a sociologia como ciência da sociedade. Os Clássicos Sociológicos e a Educação. Principais conceitos da sociologia clássica e a relação destes com a escola e o educador. O processo educacional no final do século XX e início do século XXI. Conexões entre processos socioculturais e educação.
Bibliografia básica: PARO, Vitor Henrique. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018. QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
Bibliografia complementar: GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (Org.). Família e escola: novas perspectivas de análise. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. VILA NOVA, Sebastião. Introdução à Sociologia. 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2004.

Disciplina: Estudos de Língua e Literatura Latinas
Carga Horária: 75h
Período: 2º
Ementa: Origem e história da língua e da literatura latina. Casos e declinações do latim. Noções sobre a estrutura sintática da língua latina. Latim clássico e latim vulgar. Processos de formação das línguas neolatinas. Estudos de literatura latina: principais autores e obras. Noções de poética clássica.
Bibliografia básica: CARDOSO, Zélia de A. A literatura latina. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. FURLAN, Oswaldo A. Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. VIEIRA, Jair Lot. Dicionário Latim-Português: termos e expressões. São Paulo: Edipro, 2016.
Bibliografia complementar: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. A poética clássica. São Paulo: Cultrix, 2014. HOMERO. Ilíada. 1. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2012. HOMERO. Odisséia. São Paulo: 34, 2013. CESILA, Robson Tadeu. Epigrama: Catulo e Marcial. Campinas: Unicamp, 2017. VIRGÍLIO. Eneida. São Paulo: 34, 2016.

Disciplina: Estudos Literários II
Carga Horária: 75h
Período: 2º
Ementa: Abordagem dos conceitos fundamentais da literatura e da problemática dos gêneros literários. Estudo dos elementos estruturais da narrativa. <i>Mimesis</i> e ficção. O discurso fundador da história da literatura. Leituras diacrônicas e sincrônicas do cânone da literatura. O diálogo da literatura com outras áreas. Literatura e crítica.
Bibliografia básica: CÂNDIDO, A. et al. A personagem de ficção . 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura . São Paulo: Companhia das Letras, 2006. REUTER, Yves. Introdução à análise do romance . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
Bibliografia complementar: LIMA, Luiz Costa. Mimesis: desafio ao pensamento . Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. BAKHTIN, M. M.; BOTCHAROV, Serguei; KÓJINOV, Vadim (Org.). Teoria do romance I: a estilística . 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2015. BARTHES, Roland. Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França: pronunciada dia 7 de janeiro de 1977 . São Paulo: Cultrix, 1980. SCHWARZ, Roberto. Sequências brasileiras: ensaios . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. TODOROV, Tzvetan; PERRONE-MOISÉS, Leyla. As estruturas narrativas . 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Disciplina: Estudos Gramaticais
Carga Horária: 60h
Período: 2º
Ementa: Introdução à teoria gramatical. A gramática e suas divisões. Gramática normativa e gramática descritiva. A Morfologia e a Sintaxe de acordo com a gramática tradicional. Normas de uso para a produção escrita em registro culto padrão. Prática pedagógica: ensino de gramática na educação básica.
Bibliografia básica: POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola . 2. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012. ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho . São Paulo: Parábola, 2007. NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. Gramáticas contemporâneas do português . São Paulo: Parábola, 2014.
Bibliografia complementar: NEVES, M. H. Que gramática estudar na escola?: norma e uso na língua portuguesa . São Paulo: Contexto, 2003. PERINI, Mário A. Gramática Descritiva do Português brasileiro . 4. ed. São Paulo: Ática, 2016. SILVA, R. V. M e. Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina . 8. ed. São Paulo: Contexto, 2018. FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. S. Para conhecer norma linguística . São Paulo: Contexto, 2017. BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa . 37. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Disciplina: Linguística Textual
Carga Horária: 60h
Período: 2º
Ementa: Conceitos de texto. A textualidade e seus fatores. Análise de dados considerando questões de coesão e coerência textuais. Processo de Referenciação.
Bibliografia básica: KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2015. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012 MARCUSCHI, Luiz Antônio. Linguística do Texto: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola, 2012.
Bibliografia complementar: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Desvendando os segredos do texto. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola: 2008. CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de (Org.). Referenciação: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013. ANTUNES, I. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012

Disciplina: Metodologia da Pesquisa
Carga Horária: 80h
Período: 2º
Ementa: Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, enfatizando a relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA). A construção do conhecimento científico em Educação. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Comitê de Ética em pesquisa. Natureza qualitativa e quantitativa da pesquisa. Classificação da pesquisa. O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e considerações metodológicas. Elaboração dos instrumentos de coleta e produção de dados. Os referenciais teóricos. A elaboração do relatório de pesquisa: artigo, monografia etc. Sistemas de normatizações acadêmicas do Ifes.
Bibliografia básica: GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2010. BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2015
Bibliografia complementar: BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2017. Disponível em: < https://vendanova.ifes.edu.br/images/stories/files/Normas_para_apresenta%C3%A7%C3%A3o_de_trabalhos_acad%C3%AAmicos_e_cient%C3%ADficos.pdf >. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009. PÁDUA, E. M. M de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 18. ed. rev. e ampl. São

Paulo: Papyrus, 2012.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina: Psicologia da Educação
Carga Horária: 60h
Período: 2º
Ementa: Introdução ao pensamento psicológico. As relações entre psicologia e educação: principais abordagens teóricas. Aprendizagem e processos educacionais. Questões contemporâneas em psicologia da educação.
Bibliografia básica: BOCK, A. M. B; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . São Paulo: Saraiva, 2008. REGO, T. C. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação . Petrópolis: Vozes, 2014. PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. Psicologia da aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo . São Paulo: Contexto, 2011.
Bibliografia complementar: PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia . 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Intermeios, 2015. MARTINS, L. M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica . Campinas: Autores Associados, 2015. COLL, César (Org.); PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org). Desenvolvimento psicológico e educação 2: psicologia da educação escolar . 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. CARRARA, K. (Org.). Introdução à psicologia da educação: seis abordagens . São Paulo: Avercamp, 2004. VIGOTSKY, Lev Semenovich. A construção do pensamento e da linguagem . São Paulo: Martins Fontes, 2018.

Disciplina: Estudos Literários III
Carga Horária: 75h
Período: 3º
Ementa: Autores e obras fundamentais para o estudo do drama. Elementos constitutivos do texto dramático. Dramaturgia nacional e internacional. Teatro e crítica. Modalidades contemporâneas do drama.
Bibliografia básica: BERTHOLD, Margot. História mundial do teatro . 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. FARIA, João Roberto (Dir.). História do teatro brasileiro . São Paulo: Perspectiva, 2012. 2 v. ROUBINE, Jean-Jacques. Introdução às grandes teorias do teatro . Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
Bibliografia complementar: MAGALDI, Sábado. Panorama do teatro brasileiro . 6. ed. São Paulo: Global, 2004. RODRIGUES, Nelson; AGUIAR, Flávio. O beijo no asfalto: tragédia carioca em três atos , 1961. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. RODRIGUES, Nelson. Álbum de família: tragédia em três atos, peça mítica . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. SOUZA, Ronaldo de Melo. Fenomenologia das emoções na tragédia grega . 1. ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017. SHAKESPEARE, William; FERNANDES, Millôr. Hamlet . Porto Alegre: L&PM, 1997.

Disciplina: Noções de Fonética e Fonologia
Carga Horária: 60h
Período: 3º
Ementa: Definição e delimitação da Fonética e da Fonologia. A Fonética articulatória: o aparelho fonador, segmentos vocálicos e consonantais. Símbolos fonéticos e transcrição fonética. Distinção entre Letra e som. Fonologia – estudo sistêmico dos sons. Distinção entre fonema e fone (som). Estrutura silábica, acento e os constituintes prosódicos no Português Brasileiro.
Bibliografia básica: SILVA, Thais Cristófar. Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 2010. SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LARRAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. Para conhecer: fonética e fonologia do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015. HORA, Dermeval; MATZENAUER, Carmen Lúcia (Org.). Fonologia, fonologias: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2017.
Bibliografia complementar: MASIP, Vicente. Fonologia, Fonética e Ortografia Portuguesas. Rio de Janeiro: EPU, 2014. SILVA, Thais Cristófar. Dicionário de Fonética e fonologia. São Paulo: Contexto, 2011. CAGLIARI, Luiz Carlos. Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado de Letras, 2002. ROBERTO, Mikaela. Fonologia, fonética e ensino: guia introdutório. São Paulo: Parábola, 2016. FERREIRA NETTO, Waldemar. Introdução à fonologia da língua portuguesa. 2. ed. rev. São Paulo: Paulistana, 2011.

Disciplina: Morfologia
Carga Horária: 60h
Período: 3º
Ementa: Conceitos de morfema e de palavra. Estrutura da palavra. Formação de palavras. Funções do léxico e expansão lexical. Classes de palavras e categorias lexicais. Análise morfológica.
Bibliografia básica: BASÍLIO, Margarida. Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. GONÇALVES, Carlos Alexandre. Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011. KEHDI, Valter. Formação de palavras em português. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.
Bibliografia complementar: CAMARA JÚNIOR, J. Matoso. Estrutura da língua portuguesa. 47. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. ROSA, Maria Carlota. Introdução à Morfologia. São Paulo: Contexto, 2011. SILVA, Maria Cristina Figueiredo, MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Para conhecer Morfologia. São Paulo: Contexto, 2016. ROCHA, Luiz Carlos de Assis. Estruturas morfológica do português. São Paulo: Martins Fontes, 2008. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

Disciplina: Didática Geral
Carga Horária: 60h
Período: 3º
Ementa: Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática; Tendências e concepções pedagógicas e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem; A multidimensionalidade da didática e os processos de ensino e de aprendizagem; Planejamento pedagógico: diferentes dimensões; Componentes do processo de ensino e de aprendizagem: objetivos, conteúdos, métodos e procedimentos de ensino, recursos de ensino e avaliação; As relações entre professor, aluno e aprendizagem. Instrumentação para o ensino. Tecnologias integradas à educação.
Bibliografia básica: CANDAU, Vera Maria (Org.). A Didática em questão . 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa . 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
Bibliografia complementar: GIMENO SACRISTÁN, José; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos . 28 ed. São Paulo: Loyola, 2014. MACEDO, Lino. Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005. VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto-político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização . 21. ed. São Paulo: Libertad, 2010. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). Repensando a didática . 29. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

Disciplina: Política e Organização da Educação Básica
Carga Horária: 60h
Período: 3º
Ementa: Política Educacional: estruturas, conceitos e fundamentos. Elementos centrais da legislação da política educacional brasileira. Normatização Curricular da política educacional brasileira. O Financiamento da educação e as políticas educacionais no Brasil. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação. Elementos Integradores da Política Educacional Brasileira.
Bibliografia básica: LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Org.). Educação básica: políticas, avanços e pendências . Campinas, SP: Autores Associados, 2014. SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas . 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.
Bibliografia complementar: TEODORO, Antônio. A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais . Brasília: Liber Livro, 2011. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . Ed. Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília (Org.). Política e planejamento educacional no

Brasil do século 21. Brasília: Liber Livro, 2013.
PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder:** crítica ao senso comum em educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Disciplina: História da Educação

Carga Horária: 60h

Período: 3º

Ementa: História da Educação como campo específico do conhecimento; contextos da educação mundial: das primeiras civilizações ao Mundo Moderno; a educação brasileira analisada no contexto de movimentos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais em diferentes momentos da História do Brasil e suas relações com o contexto da educação mundial; a repercussão desses movimentos na configuração de teorias e práticas educacionais.

Bibliografia básica:

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia:** geral e Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

Bibliografia complementar:

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira.** 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2015.
LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973).** 40. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira:** 20 anos de Histedbr. Campinas: Autores Associados, 2009.
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** V. 2. Petrópolis. RJ: Vozes, 2005.

Disciplina: Prática Curricular I: Leitura e Produção de Textos Escolares no Ensino Básico

Carga Horária: 75

Período: 3º

Ementa: Estratégias de ensino de leitura e escrita no ensino básico. Critérios para correção e avaliação da produção escrita em contexto escolar. Elaboração de atividades e materiais didáticos para o desenvolvimento e aprimoramento da leitura e avaliação da escrita no ensino fundamental e médio.

Bibliográfica básica:

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e Textualidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2008. 295

<p>Bibliografia complementar: KOCH, Ingedore G. Villaça. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2006. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008. MARCUSCHI, B. Redação Escolar: características de um objeto de ensino. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade, [S. l.], v. 10, n. 9, 2006. DOI: 10.9771/2317-1219rf.v10i9.2689. MARINHO, Marildes; MURTA, Saionara Lúcia Fonseca. A leitura na escola: o avesso da avaliação externa. Cadernos de pesquisa em educação-PPGE-UFES, Vitória, v.14, n.28, p. 170-191, Jul./Dez.2008. RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (Org.). Língua portuguesa: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7840-2011-lingua-portuguesa-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192</p>

Disciplina: Literatura em Língua Portuguesa I
Carga Horária: 75h
Período: 4º
Ementa: Origem e evolução da Literatura Portuguesa. A Literatura Medieval e seus gêneros literários. Contextualização estética e histórica do Renascimento e estudo de suas principais obras e gêneros literários.
<p>Bibliografia básica: MONGELLI, Lênia Márcia (Org.). Fremosos cantares: antologia de lírica medieval galego-portuguesa. São Paulo: Martins Fontes, 2009. SARAIVA, António José; LOPES, Oscar (Colab.). História da literatura portuguesa. 17. ed. corr. e actual. Porto, PT: Porto, 2010. SARAIVA, António José. História da Literatura Portuguesa. Porto/Portugal; Porto editora, 2017</p>
<p>Bibliografia complementar: BERNARDES, José Augusto Cardoso. Sátira e lirismo no teatro de Gil Vicente. v. 2. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2006. FRANCO, J. E.; FIOLEAIS, C.; CABO, J. A. S. Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. v. 1. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8691>. Acesso em: 20 out. 2022. MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa. Edição Revista e atualizada. São Paulo: Cultrix, 2010. SARAIVA, José António. Iniciação à Literatura Portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 2010. VIEIRA, Yara Frateschi, MORÁN CABANAS, Maria Isabel, CABO, José António Souto. O Caminho Poético de Santiago: Lírica galego-portuguesa. São Paulo: CosacNaify, 2015.</p>

Disciplina: Sintaxe I
Carga Horária: 60h
Período: 4º
Ementa: Introdução à sintaxe. O sintagma. A estrutura da sentença. Processos de coordenação. Estudo dos processos de estruturação sintática no Português do Brasil. Análise descritiva e explicativa.
<p>Bibliografia básica: BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2012. OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo (Org.). Sintaxe, sintaxes: uma introdução. São Paulo:</p>

Contexto, 2015.
SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza e; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia complementar:

RUWET, Nicolas. **Introdução à gramática gerativa**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. **Novo manual de sintaxe**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
PERINI, Mário Alberto. **Estudos de Gramática Descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola, 2008.
VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. (Org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.
AZEREDO, J. C. de. **Iniciação à sintaxe do Português**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Disciplina: Sociolinguística

Carga Horária: 60h

Período: 4º

Ementa: A variação das línguas. Sistema, norma, fala. Os eixos da variação. O preconceito linguístico: língua falada *versus* gramática normativa; mudança linguística e escola.

Bibliografia básica:

MOLLICA, Maria Cecília; Maria L. Braga. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Parábola, 2003.
BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

Bibliografia complementar:

MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso (Org.); GOMES, Christina Abreu et al. **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016.
LABOV, William; BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Caroline Rodrigues. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
GÖRSKI, E.; COELHO, I. L. (Org.). **Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua**. Florianópolis: UFSC, 2006.
LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & educação**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

Disciplina: Didática e avaliação da aprendizagem

Carga Horária: 60h

Período: 4º

Ementa: Aspectos históricos e filosóficos que permeiam a avaliação; concepção de avaliação, pressupostos e princípios da avaliação educacional; dimensões da avaliação; função da avaliação; níveis de assimilação dos conteúdos da avaliação; relação da avaliação com o projeto pedagógico escolar; o papel da avaliação na construção do sucesso/fracasso escolar e suas interfaces com a prática social global. Instrumentos e métodos de avaliação.

Bibliografia básica:

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. 45. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia complementar:

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Didática: o ensino e suas relações**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogo, para quê?** São Paulo: Cortez, 1999.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). **Repensando a didática**. 29. ed. Campinas: Papirus, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2008.

Disciplina: Educação Especial

Carga Horária: 60h

Período: 4º

Ementa: Educação especial: aspectos históricos, políticos e legais. Público-alvo da Educação Especial. Implicações metodológicas: estratégias de ensino-aprendizagem, adaptação curricular, tecnologias assistivas, e avaliação.

Bibliografia básica:

KUPFER, M.C.M.; PATTO, M.H.S.; VOLTOLINI, R. (Org.). **Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno sujeito**. São Paulo: Escuta, 2017.

JESUS, Denise Meyrelles de et al. (org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

MENDES, Enicéia G.; VILARONGA, Carla A. R.; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: Edufscar, 2014.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica Nº 11, de 7 de maio de 2010**. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.

CARRARA, Kester. **Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos 'is'**. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

MOREIRA, L. C.; STOLTZ, T. (Coord.). **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juruá, 2012.

Disciplina: Prática curricular II: ficções
Carga Horária: 75h
Período: 4º
Ementa: Leitura. Tipos de leitura. A Formação do leitor. Tipologias Textuais: Fábula, Conto de Fadas, Conto Popular. Paródias e Paráfrases. Adequação das histórias ao desenvolvimento do contexto escolar e não escolar. A arte de contar, ler e de recriar histórias.
Bibliografia básica: COLOMER, Teresa. A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual. São Paulo: Global, 2003. DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (Org.). Leitura de literatura na escola. São Paulo: Parábola, 2013. 167 p. JOUVE, Vincent. Por que estudar literatura? Tradução de Marcos Bagno e Marcos Marcio-lino. São Paulo: Parábola editorial, 2012.
Bibliografia complementar: BONNICI, Thomas (org.). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. rev. e ampl. Maringá: EDUEM, 2009. FARIA, Maria Alice. Como usar a literatura infantil na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004. LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. RAMOS, Flávia Brocchetto. Literatura infantil: de ponto a ponto. Curitiba: CRV, 2010. SILVEIRA, Rosa Hessel; et al. A diferença da literatura infantil: narrativas e leituras. São Paulo: Moderna, 2012.

Disciplina: Prática de extensão I: Leitura literária
Carga Horária: 90h
Período: 4º
Ementa: Mediação de leitura. Pesquisa e extensão em literatura. Práticas de difusão e extensão da literatura.
Bibliografia básica: ARISTÓTELES. Poética. 2. ed. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poetica, 1993. CALVINO, Italo. Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas. Editora Companhia das Letras, 1990. COMPAGNON, Antoine. O Demônio da Teoria: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
Bibliografia complementar: DURÃO, Fabio Akcelrud. Metodologia de pesquisa em literatura. São Paulo: Parábola, 2020. DURÃO, Fábio Akcelrud. O que é Crítica Literária? 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016. Bloom, Harold. A Anatomia da Influência (A literatura como forma de vida). Rio de Janeiro, Objectiva, 2013. OLIVEIRA, Bernardo Barros Coelho de. Olhar e narrativa: leituras benjaminianas. Vitória: EDUFES, 2006. SOUZA, Roberto Acízelo de. A Questão do Método nos Estudos Literários. Disponível em: http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2014.4.18478 . Acesso em 24 out. 2022.

Disciplina: Literatura em Língua Portuguesa II
Carga Horária: 75h
Período: 5º
Ementa: Origem e evolução da Literatura Brasileira. Contextualização estética e histórica do Barroco, do Arcadismo e do Romantismo e estudo de suas principais obras e gêneros literários no Brasil e em Portugal.
Bibliografia básica: BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira . 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015. CÂNDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1700-1880 . 15. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014. CÂNDIDO, Antônio. Iniciação à literatura brasileira . 7. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2015.
Bibliografia complementar: BOSI, Alfredo (Org.). Essencial Padre Antônio Vieira . São Paulo: Penguin Books, 2011. BOSI, Alfredo. Dialética da colonização . 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. MATOS, Gregório de. Poemas escolhidos . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. MOISÉS, Massaud. A literatura Portuguesa através dos textos . São Paulo: Cultrix, 2014. RICUPERO, Bernardo. O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870) . São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Disciplina: Sintaxe II
Carga Horária: 60h
Período: 5º
Ementa: Processos de subordinação. Estruturas sintáticas e sua correlação com funções discursivas. Gramaticalidade e uso.
Bibliografia básica: BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro . São Paulo: Parábola, 2012. OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo (Org.). Sintaxe, sintaxes: uma introdução . São Paulo: Contexto, 2015. SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza e; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Linguística aplicada ao português: sintaxe . 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
Bibliografia complementar: RUWET, Nicolas. Introdução à gramática gerativa . 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. Novo manual de sintaxe . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. PERINI, Mário Alberto. Estudos de Gramática Descritiva: as valências verbais . São Paulo: Parábola, 2008. VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. (Org.). Ensino de gramática: descrição e uso . São Paulo: Contexto, 2007. AZEREDO, J. C. de. Iniciação à sintaxe do Português . Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Disciplina: Gestão e organização do trabalho escolar
Carga Horária: 60h
Período: 5º
Ementa: Introdução ao estudo da administração. Evolução histórica da administração escolar. Fundamentos da gestão dos sistemas de ensino e das escolas. A organização democrática da escola pública: bases legais e os desafios. O papel do gestor escolar na organização dos espaços educativos: variáveis comportamentais e ambientais. Pressupostos do projeto político-pedagógico da escola. A organização do trabalho escolar: noções gerais de planejamento, coordenação, controle e avaliação do trabalho pedagógico. Política educacional no contexto das políticas públicas. A sociedade contemporânea e os movimentos de reforma e mudanças da escola.
Bibliografia básica: CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018. LÜCK, Heloisa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2013. PARO, Vitor Henrique. Crítica da Estrutura da Escola. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
Bibliografia complementar: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2017. LÜCK, Heloisa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. PARO, Vitor Henrique. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015. SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

Disciplina: Educação de Jovens e Adultos
Carga Horária: 60h
Período: 5º
Ementa: Fundamento histórico da educação de jovens e adultos; a política nacional e a fundamentação legal da educação de jovens e adultos; projetos e programas de educação profissional para jovens e adultos; Implicações metodológicas para EJA; fundamentos político-pedagógicos do currículo, do planejamento e da avaliação de EJA.
Bibliografia básica: FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José (orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. OLIVEIRA, Admardo Serafim de. Educação: redes que capturam caminhos que se abrem... Vitória: EDUFES, 1996.
Bibliografia complementar: BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. CORTELLA, Mário S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2017. TFOUNI, L. V. Adultos não alfabetizados em uma sociedade letrada. São Paulo: Cortez, 2006. SILVA, Natalino Neves da. Juventude negra na EJA: o direito à diferença. Belo Horizonte: Mazza,

2010.
BASEGIO, Leandro Jesus; BORGES, Márcia de Castro. **Educação de jovens e adultos: reflexões sobre novas práticas pedagógicas**. Curitiba: InterSaber, 2013.

Disciplina: Trabalho e Educação
Carga Horária: 30h
Período: 5º
Ementa: O mundo do trabalho e a formação humana. As relações históricas entre educação, economia, meio ambiente e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O trabalho e o emprego no contexto da globalização do capital e as dimensões ética, política, ambiental e econômica da qualificação da força de trabalho. A educação ambiental. O direito do trabalhador à educação e as perspectivas históricas e ontológicas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.
Bibliografia básica: CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário . 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. MORAES, Francisco de; KÜLLER, José Antonio. Currículos Integrados no Ensino Médio e na Educação Profissional: Desafios, Experiências e Proposta . São Paulo: Senac São Paulo, 2016. SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica . 19. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.
Bibliografia complementar: ANTUNES, Ricardo L. C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. LARA, Xico. Trabalho, educação, cidadania: reflexões a partir de práticas de educação entre trabalhadores . Rio de Janeiro: Capina: Mauad, 2003. FRIGOTTO, Gaudêncio; FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta; RAMOS, Marise Nogueira (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições . 3. ed. São Paulo: Cortez; 2012. MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna . 3. ed. rev. São Paulo: Alínea, 2017. PAIM, Elison Antonio. Industrialização e Educação . Chapecó: Argos, 2003.

Disciplina: Prática Curricular III: Estudos Gramaticais e ensino
Carga Horária: 60
Período: 5º
Ementa: O ensino de gramática na escola. Proposição e desenvolvimento de estratégias de ensino de gramática em uma abordagem contextualizada e reflexiva, discursiva e funcional. Preparação de materiais didáticos para o estudo da gramática no ensino fundamental e médio.
Bibliográfica básica: NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola?: norma e uso na língua portuguesa . São Paulo: Contexto, 2003. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada: limpando "o pó das ideias simples" . São Paulo: Parábola, 2014.
Bibliografia complementar: ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho . São Paulo: Parábola, 2007.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Contradições no ensino de português**: a língua que se fala X a língua que se ensina. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (org.). **Gramáticas contemporâneas do português**: com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola, 2014.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Disciplina: Literatura em Língua Portuguesa III
Carga Horária: 75h
Período: 6º
Ementa: Contextualização estética e histórica do Romantismo, do Realismo, do Naturalismo, e do Parnasianismo no Brasil e em Portugal. Estudo de suas principais obras e gêneros literários. Relações étnico-raciais no Brasil Império. História e cultura africana e indígena na formação da literatura brasileira.
Bibliografia básica: BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira . 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1997. BROOKSHAW, David. Raça e cor na literatura brasileira . Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. DUARTE, Eduardo Assis. Literatura e afrodescendência no Brasil : antologia crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo : Machado de Assis. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2012.
Bibliografia complementar: FANTINI, Marli (Org.). Crônicas da Antiga Corte : Literatura e Memória em Machado de Assis. Belo Horizonte: UFMG, 2008. MATANGRANO, Bruno Anselmi; TAVARES, Enéias. Fantástico brasileiro : o insólito literário do Romantismo ao Fantatismo. 1. ed. Curitiba: Arte e Letra, 2018. PADILHA, Laura Cavalcante. Entre voz e letra : o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Pallas, 2007. ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas . São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2014. ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Machado de Assis : lido e relido. Campinas, SP: Alameda, UNICAMP, 2016.

Disciplina: Análise do Discurso
Carga Horária: 60h
Período: 6º
Ementa: Análise do discurso: história, definição, conceitos e vertentes. Discurso e categorias de análise.
Bibliografia básica: BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso . 3. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2012. ORLANDI, Eni P. Análise de discurso : princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015. MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar:

MAINGUENEAU, Dominique; POSSENTI, Sírio. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.
FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
PÉCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 2009.
RESENDE, Viviane de M.; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2001.
CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2016

Disciplina: Teorias dos gêneros textuais

Carga Horária: 60h

Período: 6º

Ementa: Gêneros textuais no ensino de língua portuguesa. Definição, configuração e dinamicidade. Intergenericidade. Gênero e Suporte. Multimodalidade.

Bibliografia básica:

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.
BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar:

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros no contexto brasileiro**: questões [méta]teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola, 2017.
SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
WACHOWICZ, Tereza Cristina. **Análise linguística nos gêneros textuais**. São Paulo: Saraiva, 2012.
ROJO, R.; BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.
MEURER, J. L.; BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

Disciplina: Diversidade e Educação

Carga Horária: 60h

Período: 6º

Ementa: Conceitos de multiculturalismo, diversidade, diferença e identidade e suas relações com a educação. Preconceito e discriminação no Brasil: contexto histórico, abordagem conceitual e as lutas e conquistas do Movimento Negro. Legislação e Políticas para a educação das Relações Étnico-raciais. Desenvolvimento de práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais. Conceito e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. Práticas pedagógicas para as relações de gênero. Educação e direitos humanos: construção histórica das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania. Políticas educacionais em face ao ideal de direitos humanos. Práticas educativas como meio de propagação dos direitos humanos. Papel dos professores e da escola na consolidação de uma cultura da diversidade e dos direitos humanos.

Bibliografia básica:

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
CAPRINI, Aldieris Braz Amorim (Org.). **Educação e Diversidade Étnico-racial**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2003.

Bibliografia complementar:

SILVA, Aida Maria Monteiro; COSTA, Valdelúcia Alves da (Org.). **Educação inclusiva e direitos humanos**: perspectivas contemporâneas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
CANDAU, Vera Maria (org). **Didática Crítica Intercultural**: aproximações. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012.
FREITAS, Fátima e Silva de. **A diversidade cultural**: como prática na educação. Curitiba: InterSaberes, 2012.
LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação**: outras palavras, outras práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Disciplina: Prática curricular IV: poesia

Carga Horária: 75h

Período: 6º

Ementa: Leitura. Tipos de leitura. A Formação do leitor. Gêneros Poéticos. Versos, Sons e Ritmos no contexto escolar e não escolar. Poesia e performance: poesia, *rap*, cordel, *slam* e outras manifestações.

Bibliografia básica:

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Inútil poesia e outros ensaios breves**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
POUND, Ezra. **Abc da literatura**. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2013.
SILVA, José Carlos Gomes da. **RAP na cidade de São Paulo**: música, etnicidade e experiência urbana. Campinas: Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 1998. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279971>. Acesso em: 20 set. 2020.

Bibliografia complementar:

ARISTÓTELES. **Da Arte poética**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2016.
BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
MATSUNAGA, Priscila Saemi. **As representações sociais da mulher no movimento hip hop**. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, p. 108-116, 2008.
MOREIRA, Tatiana Aparecida. **Discursividade, poder e autoria em raps brasileiros e portugueses**. São Carlos, 2016. 299 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8291>>. Acesso em: 22 out. 2022.
VIANA, Klévisson. **Os ofícios da poesia**. São Paulo: Hedra, 2018.

Disciplina: Prática de extensão II: promoção do livro e leitura
Carga Horária: 75h
Período: 6º
Ementa: Livro, leitura e literatura. Mediação e difusão de conteúdos literários. Literatura e o diálogo com outras linguagens.
Bibliografia básica: BELO, André. História & livro e leitura . Autêntica, 2013. CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun . São Paulo: UNESP, 1998. COLOMER, Teresa. Introdução à literatura infantil e juvenil atual . Global Editora, 2017.
Bibliografia complementar: BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação . São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2004. BURKE, Peter. O que é história cultural? São Paulo: Companhia das Letras, 2005. MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura . São Paulo: Companhia das Letras, 2021. MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Proposta curricular para cursos de literatura brasileira nas unidades da rede de ensino Itamaraty no exterior . Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em https://funag.gov.br/biblioteca-nova . RUBIM, Rossanna dos Santos Santana. Leitura literária e tecnologias da informação e comunicação: um estudo de caso . Vitória: Edifes, 2021.

Disciplina: Literatura em Língua Portuguesa IV
Carga Horária: 75h
Período: 7º
Ementa: <i>A Belle Époque</i> . Vanguardas artísticas. Simbolismo e primeira fase do Modernismo: estudo de suas principais obras e gêneros literários no Brasil e em Portugal. Relações étnico-raciais no Brasil República. História e cultura africana e indígena em diálogo com a literatura em língua portuguesa.
Bibliografia básica: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda europeia e modernismo brasileiro : apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. BOAVENTURA, Maria Eugênia (Org.). 22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista por seus contemporâneos 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2008. BROCA, B. A vida literária no Brasil - 1900 . Rio de Janeiro: J. Olympio, 2004.
Bibliografia complementar: SARAIVA, Arnaldo. Modernismo brasileiro e Modernismo português : subsídios para o seu estudo e para a história de suas relações. São Paulo: Unicamp, 2004. BOSI, Alfredo. Céu, inferno : ensaios de crítica literária e ideológica. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. BERARDINELLI, Cleonice (Org.). Fernando Pessoa : antologia poética. 1.ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012. ARRIGUCCI JR. Davi. O guardador de segredos : ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SÜSSEKIND, F. Cinematógrafo de letras . São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Disciplina: Leitura de literatura: ficção e poesia
Carga Horária: 75h
Período: 7º
Ementa: Importância da leitura literária. Orientação à/da leitura literária. Apresentação crítica de autores e obras canônicos. Leitura e análise de textos ficcionais. Leitura e análise de poemas. Clube do livro.
Bibliografia básica: CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos . Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007. EAGLETON, Terry. Como ler literatura . Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2019. PUCHNER, Martin. O mundo da escrita: como a literatura transformou a civilização . Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
Bibliografia complementar: MORETTI, Franco (Org.). O romance, 1: a cultura do romance . Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009. PERRONE-MOISÉS, Leyla. Inútil poesia e outros ensaios breves . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SALGUEIRO, Wilberth Claython Ferreira. Forças e formas: aspectos da poesia brasileira contemporânea (dos anos 70 aos 90) . 2. ed. Vitória: EDUFES, 2021. Disponível em: < http://repositorio.ufes.br/handle/10/11970 >. Acesso em: 23 out. 2022. SANT'ANNA, Affonso Romano de. Análise estrutural de romances brasileiros . São Paulo: Ed. Unesp, 2012. SECCHIN, Antonio Carlos. Percursos da poesia brasileira . Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Disciplina: Noções de Semântica e de Pragmática
Carga Horária: 60h
Período: 7º
Ementa: Estudo do significado nas diferentes abordagens da Semântica e da Pragmática. Relações semânticas no nível da palavra e no nível da sentença. Significação e uso da linguagem: performatividade, atos de fala, implicaturas conversacionais
Bibliografia básica: CANÇADO, Márcia. Manual de Semântica: Noções Básicas e Exercícios . São Paulo: Contexto, 2013. CHIERCHIA, Gennaro; ILARI, Rodolfo. Semântica . Campinas: Unicamp, 2003. GUIMARÃES, Eduardo. História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil . Campinas: Pontes, 2004.
Bibliografia complementar: OLIVEIRA, Luciano Amaral. Manual de Semântica . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. MARQUES, Maria Helena Duarte. Iniciação à Semântica . 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. DUCROT, Oswald. O dizer e o dito . São Paulo: Pontes, 1987. ILARI, Rodolfo. Introdução à Semântica: Brincando Com A Gramática . São Paulo: Contexto, 2013. OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica Formal: Uma Breve Introdução . 3. ed. rev e atual. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

Disciplina: Prática Curricular V: Gêneros Textuais e Ensino
Carga Horária: 60
Período: 7º
Ementa: Gêneros textuais: conceito e funções. Abordagens para o ensino de gêneros textuais. Produção de material didático para abordar os gêneros textuais em sala de aula. Gênero textual e gênero discursivo no ensino de Língua Portuguesa no ensino fundamental e médio.
Bibliográfica básica: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & ensino . São Paulo: Parábola, 2010. MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). Gêneros: teorias, métodos, debates . São Paulo: Parábola, 2005. WACHOWICZ, Teresa Cristina. Análise linguística nos gêneros textuais . São Paulo: Saraiva, 2012.
Bibliografia complementar: MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . 1. ed. São Paulo: Parábola, 2008. BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal . 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. xxxiv, p. (Coleção biblioteca universal). SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola . 3. ed. Campinas: Mercado de letras, 2004. BEZERRA, Benedito Gomes. Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e 12 19 conceituais . São Paulo: Parábola, 2017. BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Disciplina: Prática de Extensão III: A redação do Enem para professores
Carga Horária: 90h
Período: 7º
Ementa: A produção de textos na escola. A redação do ENEM. A matriz de correção do ENEM e suas competências de avaliação. Aspectos teóricos e práticos da correção.
Bibliográfica básica: GANRCEZ, L. H. C; CORRÊA, V. R. (orgs). Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores . Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. Disponível em: < https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/textos-dissertativo-argumentativos-subsidios-para-qualificacao-de-avaliadores > SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M.; CAVALCANTE, M. C. B. (Orgs.). Diversidade textual: os gêneros na sala de aula . Belo Horizonte: Autêntica, 2007. INEP. ENEM redações , 2019: material de leitura. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: < http://inep.gov.br/web/guest/enem-outros-documentos >
Bibliografia complementar: MASSI, Fernanda. A matriz de correção da redação do ENEM. Caminhos em Linguística Aplicada , v. 16, n. 1, p. 69-89, 2017. RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (Org.). Língua portuguesa: ensino fundamental . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. FERRAZ, Telma Leal; LISBÔA, Gilda Guimarães. Por que é tão difícil ensinar a pontuar? Revista Portuguesa de Educação, v. 15, n. 1, p. 129-146, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

Disciplina: Literatura em Língua Portuguesa V

Carga Horária: 90h

Período: 8º

Ementa: Estudo das principais obras e autores de 1930 à contemporaneidade, no romance, no conto e na poesia. Tendências contemporâneas na literatura brasileira. Contextualização estética e histórica. Relações étnico-raciais no Brasil contemporâneo. Diversidade e direitos humanos na literatura. Diálogos com produção literária africana lusófona e o contexto pós-colonial.

Bibliografia básica:

DALCASTAGNÉ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. 1. ed. Vinhedo: Novo Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÉ, Regina; MATA, Anderson Luís Nunes da (Org.). **Fora do retrato: estudos de literatura brasileira contemporânea**. Vinhedo: Horizonte, 2012.

SALGUEIRO, Wilberth Claython Ferreira. **Forças e formas: aspectos da poesia brasileira contemporânea (dos anos 70 aos 90)**. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/11970>>. Acesso em: 23 out. 2022.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Luis Alberto. **Teorias do espaço literário**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos Vaga-Lumes**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CARNEIRO, Flávio Martins. **No país do presente: ficção brasileira no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GUINSBURG, J. (Org.). **O pós-modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MELLO, Ana Maria Lisboa de; CORDEIRO, Verbena Maria Rocha (Org.). **Literatura, memória e história: travessias literárias e culturais**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

Disciplina: Revisão de Textos

Carga Horária: 60h

Período: 8º

Ementa: A atividade de revisão de textos. A revisão como interpretação. Tipos de Revisão. Interação entre autor e revisor/editor. Texto, textualidade e textualização. Aspectos gramaticais, textuais e discursivos dos textos. Normalização técnico-científica. A escrita e a elaboração do efeito de unidade. Revisão de textos e autoria.

Bibliografia básica:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria Stahl. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017. 217. p.

NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (org.). **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola, c2014. 159 p.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007. 165 p.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 168 p.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 207 p.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. São Paulo: Ática, 2016. 559 p.

Disciplina: Estilística

Carga Horária: 60h

Período: 8º

Ementa: Estilística da língua portuguesa. Aspectos da estilística do português: fônica, morfológica, sintática e semântica. Figuras de estilo. Análise estilística de textos de diversos gêneros.

Bibliografia básica:

CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. **Contribuição à estilística portuguesa**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: ao livro técnico, Brasília, INL, 1997.

CUNHA, Dóris de Arruda C. da. **A estilística da enunciação para o estudo da prosa literária no ensino médio**. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (orgs). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006. p. 117-138.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007. 165 p.

ANTUNES, Irlandé. **Gramática contextualizada**: limpando "o pó das ideias simples". São Paulo: Parábola, 158 p.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística**: a expressividade na língua portuguesa. 4.ed. rev. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

MELLO, José G. Pires. **As figuras de estilo**. 2.ed. SP: Rideel, 2001.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais – Libras

Carga Horária: 60h

Período: 8º

Ementa: Processo histórico do indivíduo surdo. Os aspectos legais que respaldam o indivíduo surdo quanto aos seus direitos linguísticos e culturais no Brasil. O sujeito surdo, sua identidade e cultura. A origem da língua de Sinais e sua importância na constituição do indivíduo surdo. Ensino e prática da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. (parâmetros fonológico, léxico da morfologia; diálogos contextualizados).

Bibliografia básica:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (ED.). **Dicionário enciclopédico**

ilustrado Trilíngua da Língua de Sinais Brasileira. 3. ed. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.
GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). **Libras conhecimento além dos sinais.** São Paulo: Pearson, 2011.
FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática das línguas de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Presidência da República. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>>.
BRASIL, Presidência da República. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>.
MEC, Secretaria de Educação Especial. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Programa nacional de apoio à educação de surdos.** Brasília: MEC/SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&catid=192%3Aseespeducacao-especial&id=12677%3Ao-tradutor-e-interprete-de-lingua-brasileira-de-sinais-e-linguaportuguesa&option=com_content&view=article>.
DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado. Pessoa com surdez.** Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/pvol2.pdf>>.
SILVA, Rafael Dias. **Libras: Língua Brasileira de Sinais.** São Paulo: Pearson, 2015.

Disciplina: Prática curricular VI: teatro

Carga Horária: 60h

Período: 8º

Ementa: Leitura. Tipos de leitura. A Formação do Leitor. Formas Dramáticas. Texto e espetáculo no contexto escolar e não escolar. Teatro e Performance. Elementos Fundamentais do Texto Dramático.

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Sônia Machado de. **O papel do corpo no corpo do ator.** Coleção Estudos – Teatro, n. 184. São Paulo: Perspectiva, 2002.
BONNICI, Thomas (org.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas.** 3. ed. rev. e ampl. Maringá: EDUEM, 2009.
SOUZA, Ronaldo de Melo. **Fenomenologia das emoções na tragédia grega.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

Bibliografia complementar:

GOMES, Dias. **O pagador de promessas.** 53. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
RODRIGUES, Nelson; AGUIAR, Flávio. **O beijo no asfalto:** tragédia carioca em três atos, 1961. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
SÓFOCLES. **Édipo rei.** 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 1998.
SHAKESPEARE, William; FERNANDES, Millôr. **Hamlet.** Porto Alegre: L&PM, 1997.
SUASSUNA, Ariano. **Auto da compadecida.** 35. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

Disciplina: Prática de Extensão VI: Como abordar teorias linguísticas no ensino de língua portuguesa?
Carga Horária: 75h
Período: 8
Ementa: As competências e habilidades de Língua Portuguesa na BNCC. A matriz de referência de Língua Portuguesa no PAEBES. A relação dos estudos linguísticos com a prática docente. Produção de material didático norteado pelas competências e habilidades propostas pela BNCC e PAEBES de língua portuguesa e visa a atender tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio.
Bibliográfica básica: ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009. 237 p. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio. Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018 2018. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf >. Acesso em: 04 abr. 2018. BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acesso em: 03 abr. 2020. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2008. 295 p.
Bibliografia complementar: BEZERRA, Benedito Gomes. Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola, 2017. 134 p. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. 6. ed. São Paulo: Parábola, 2003. 110 p. GORSKI, Edair; COELHO, Izete Lehmkuhl (Org.). Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: UFSC, 2006. 288 p. SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. 3. ed. Campinas: Mercado de letras, 2004. 239 p. WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006. 133 p.

6.3.5.1 Ementário das disciplinas optativas

Não há.

6.3.6- Estágio Curricular Supervisionado

Considerando a Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008c), a Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 58/2018 (IFES, 2018a) e a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, o Estágio Curricular, que tem como função integrar teoria e prática, constitui um momento de aquisição e aprimoramento de saberes e habilidades essenciais ao exercício profissional. Trata-se de uma experiência com dimensões formadora e sociopolítica que proporciona ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolida a sua profissionalização e explora as competências básicas

indispensáveis para uma formação profissional ética e corresponsável pelo desenvolvimento humano e pela melhoria da qualidade de vida.

O estágio é entendido como eixo articulador da produção do conhecimento em todo o processo de desenvolvimento do currículo do curso. Baseia-se no princípio metodológico de que desenvolver competências profissionais implica “pôr em uso” conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica, quer na vida profissional e pessoal. O estágio possibilita ao aluno entrar em contato com problemas reais da sua comunidade e, por isso, poderá analisar e implementar possibilidades de atuação em sua área de trabalho. Permite, assim, fazer uma leitura mais ampla e crítica de diferentes demandas sociais, com base em dados resultantes da experiência direta. Deve ser um espaço não apenas para o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também para a formação de sujeitos pensantes e conscientes de seu papel social. Além disso, habilidades interpessoais, imprescindíveis à sua formação – já que no mundo atual são priorizadas as ações conjuntas e a integração de conhecimentos – serão desenvolvidas no estágio.

No âmbito do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do Ifes, *campus* Venda Nova do Imigrante, as atividades relativas ao estágio obrigatório poderão ser realizadas a partir do quinto período, com carga horária de 100 horas e, ao final, totalizam-se 400h.

Aos alunos do Curso de Licenciatura em Letras, é permitida a realização do estágio não obrigatório a partir do primeiro período do Curso.

Todos os estágios, sejam eles realizados dentro ou fora do Ifes, deverão ser realizados em organizações devidamente instituídas. Para tanto, a instituição será registrada pela Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC) do *campus*, por meio de formulário próprio, no início da atividade de estágio.

Todo processo de acompanhamento de estágio será assistido pela REC do *campus*, que elaborará relatórios, visando auxiliar nas atividades de gestão do curso, e efetuará controle de documentos e de carga horária obrigatória.

As atividades de estágio serão efetuadas após o parecer favorável de um professor orientador, responsável pelo acompanhamento do estágio, e aprovação do Coordenador do Curso.

O estágio curricular supervisionado consiste em uma ação que deve ser planejada, vivenciada, acompanhada e avaliada por diferentes sujeitos. Envolve:

- na Escola Campo: pedagogo e/ou professor supervisor;
- no *campus* Venda Nova do Imigrante: a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC), Coordenadoria do curso, professor orientador e licenciando/estagiário.

O estágio não obrigatório, o qual pode ser feito desde o primeiro período do curso, será regido pelas disposições contidas na Resolução do Conselho Superior N° 58/2018.

Objetivos do Estágio

A implementação do Estágio Supervisionado tem como grande objetivo a convergência entre o conhecimento técnico-científico e a atividade prática do docente de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. A preocupação da Instituição é formar alunos capazes de lidar eficientemente com as variáveis a que estão sujeitas as relações cotidianas de ensino e aprendizagem, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular.

A realização do estágio propicia ao aluno uma etapa fundamental de construção do conhecimento (e da síntese pela aplicação) disponível nos formatos disciplinares, pois a atividade prática funciona como elemento catalisador de competências e habilidades que, de outra forma, talvez não pudessem ser levadas a efeito apenas no âmbito das atividades teórico-curriculares estabelecidas. Assim, os objetivos do estágio supervisionado são:

- integrar os processos de ensino, pesquisa e aprendizagem;
- gerar trabalhos que produzam resultados práticos e relevantes, dentro de uma visão sistêmica, para toda a comunidade acadêmica;
- aprimorar hábitos e atitudes profissionais;
- proporcionar aos alunos a aplicação de habilidades desenvolvidas durante o curso;
- inserir o aluno no contexto do mercado de trabalho, a fim de fazê-lo conhecer os diferentes aspectos da realidade de sua profissão;
- propiciar ao aluno a oportunidade de atuar na solução de problemas educacionais reais, sob a orientação de um supervisor;
- proporcionar segurança ao aluno no início de suas atividades profissionais, dando-lhe oportunidade de executar tarefas relacionadas às suas áreas de interesse e de domínio adquirido;
- possibilitar ao estudante o confronto entre o conhecimento teórico e a prática;
- adotada em atividades relacionadas à docência na educação básica e profissional;
- promover condições para que o acadêmico reflita, ética e criticamente, sobre as informações e experiências recebidas e vivenciadas ao longo de sua formação;

- estimular o desenvolvimento do espírito científico, por meio do aperfeiçoamento profissional;
- agregar valores ao processo de avaliação institucional, a partir do resultado do desempenho do aluno no mercado de trabalho;
- integrar a Instituição de Ensino e a comunidade regional.

Orientação do estágio supervisionado

Os professores orientadores de estágio serão docentes do *campus* e que, preferencialmente, façam parte do corpo docente do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa. Cada docente poderá dedicar semanalmente de 20 minutos a 60 minutos por estagiário de acordo com Resolução do Conselho Superior Nº 103/2022, de 30 de setembro de 2022. Cabe ao professor orientador de estágio o acompanhamento direto das atividades em execução pelo estagiário e a manutenção de contatos frequentes com o profissional supervisor para a avaliação do estágio supervisionado. No local do estágio supervisionado, o estagiário deverá ter o acompanhamento de um profissional – denominado Supervisor, o qual será indicado pela unidade concedente e, de acordo com o inciso III do Art. 9º da Lei Nº 11.788/08, deverá ter “formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário”.

Avaliação do estágio supervisionado

Ao final do estágio curricular supervisionado, o estudante entregará ao professor orientador todos os formulários preenchidos e assinados pelo profissional supervisor do estágio, além do relatório técnico (e certificados, quando houver), em modelo padronizado.

O parecer final do estágio supervisionado será dado pelo professor orientador de estágio após avaliar o “Termo de realização e avaliação de estágio supervisionado”. Esse termo deverá conter a descrição das atividades realizadas pelo estagiário e o parecer assinado pelo profissional supervisor da concedente do estágio. O parecer do professor orientador de estágio deverá ser homologado pelo Coordenador do Curso e encaminhado à REC para os devidos registros.

Atribuições do Professor Orientador

São atribuições do professor orientador, além do disposto no Art. 20º da Resolução CS Nº 58/2018:

- a) realizar encontros periódicos com seus orientados, de modo a ficar ciente das atividades que estão sendo executadas, e prestar assistência aos alunos em caso de dúvidas;
- b) fazer a avaliação do “Termo de realização e avaliação de estágio supervisionado” informando se este foi ou não plenamente concluído;
- c) fazer a avaliação do estágio do estudante, em formulário próprio.

Atribuições do Supervisor

São atribuições do Supervisor Técnico:

- a) orientar o estágio e promover a integração do estagiário com as atividades de estágio;
- b) fazer a avaliação do desempenho do estagiário, e registrá-la no “Termo de realização e avaliação de estágio supervisionado”.

Atribuições do Estagiário

São atribuições do Estagiário:

- a) procurar estágio ou se inscrever para vagas de estágio na REC;
- b) zelar pelo nome do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa bem como pelo nome da Instituição.

Casos Omissos

Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado de Curso.

6.3.7- Atividades Acadêmico-científico-culturais

A exigência das acadêmico-científico-culturais se fundamenta na flexibilização curricular que a LDB N° 9.394/96 prevê:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

As atividades acadêmico-científico-culturais objetivam diversificar e enriquecer a formação do estudante com a vivência de situações reais inerentes à profissão, as quais desenvolvam nele competências e habilidades ligadas à sua formação técnica e humanística. Pretende-se que essas atividades auxiliem principalmente no desenvolvimento do perfil de educador nos

estudantes. Tal perfil deve ser caracterizado pela criatividade, iniciativa, perseverança, humanidade e capacidade de promover mudanças e se adequar a elas, bem como de estabelecer relacionamentos interpessoais construtivos. É importante lembrar que a realização das atividades acadêmico-científico-culturais dependerá exclusivamente da iniciativa e da dinamicidade de cada estudante, que deve buscar as atividades que mais lhe interessarem para delas participar. As atividades acadêmico-científico-culturais, obrigatórias para todos os alunos, são curriculares. Por esse motivo, devem constar no histórico escolar do estudante. Elas devem ser realizadas fora dos programas das disciplinas previstas na matriz curricular do curso.

A gestão e o acompanhamento das atividades acadêmico-científico-culturais se darão por portfólio, que é de inteira responsabilidade do aluno. Ao longo do curso o aluno organizará os documentos comprobatórios de realização dessas atividades para a posterior entrega, registro e validação das horas que ao final do curso sevem totalizar 100h.

6.3.8- Iniciação Científica

O programa de bolsas de iniciação científica visa a apoiar ações de iniciação à pesquisa a ser desenvolvida em instituições de ensino e/ou pesquisa, por meio da concessão de bolsas de iniciação científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores, que precisam cadastrar e submeter projetos em editais próprios da instituição. Os discentes também podem participar da iniciação científica como voluntários a partir da indicação dos orientadores. Os discentes são inseridos em grupos de pesquisa e atuam como bolsista ou voluntário a partir dos planos de trabalho aprovados em editais específicos.

São objetivos do Programa:

- Despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- Colaborar para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional;
- Estimular uma maior articulação entre a graduação e a pós-graduação; contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;

- Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
- Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

6.3.10- Extensão

A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o Ifes e outros setores da sociedade, levando em consideração a territorialidade. Sendo a ação de extensão um conjunto de atividades organizadas nas seguintes modalidades: programa, projeto, curso, evento ou prestação de serviço e que neste Projeto Pedagógico do curso é contemplada como curricularização da extensão em seis disciplinas.

A integração entre o ensino superior e a comunidade (ou conjunto de comunidades) que lhe serve de ambiente é fundamental para que se promova tanto uma contínua avaliação das diretrizes de ensino estabelecidas pelo Ifes, quanto uma progressiva inserção deste em eventos que reflitam melhorias na qualidade de vida da comunidade.

No primeiro caso, existe o propósito de diagnosticar e incorporar as necessidades manifestas pela população à grade de atividades acadêmicas e ao universo de interesses epistemológicos e metodológicos que delineiam a identidade do curso. No segundo, o de se envolver mais diretamente com os diversos processos ligados à educação formal ou, de modo mais sutil, com uma série de intervenções voltadas para o aprimoramento de atitudes de formação, valorização e fortalecimento de identidades locais (formação e manutenção da memória coletiva e de valores identitários, culturais no sentido lato e artísticos no sentido estrito), de identidades profissionais (proposição de fóruns de debates e de aprimoramento técnico entre membros das classes profissionais relacionadas com as áreas de formação do curso) e de desenvolvimento cognitivo (habilidades relativas à manipulação de informação e à produção de sentido).

A Coordenação do curso poderá designar um ou mais docentes em atividade no curso de Licenciatura em Letras para orientar os discentes acerca das atividades de extensão, a quem competirá:

- Divulgar as atividades de extensão (com e sem vínculo Institucional com o Ifes) que os discentes poderão realizar para cumprir o número de créditos e carga horária estabelecidas, realizando essa atividade de divulgação em no mínimo um encontro presencial com os discentes por semestre;

- Orientar os discentes no desenvolvimento das atividades;
- Organizar e acompanhar o desenvolvimento das atividades de extensão pelos discentes estabelecendo prazos para entrega das comprovações das ações realizadas para o devido registro no histórico acadêmico. Devem ser realizados, no mínimo, dois encontros presenciais por semestre para realização deste item. Os encontros iniciais e intermediários devem ser focados no acompanhamento da atividade de extensão em que o discente estará participando e o encontro final, para coleta e registro da ação desenvolvida pelo discente;
- Registrar e armazenar (de forma física e/ou digital) todos os eventos e ações de extensão realizados ao longo do curso;
- Providenciar formulários de avaliação e as avaliações propriamente ditas a serem preenchidas pelo público-alvo participante da ação de extensão.

7- AVALIAÇÃO

7.1- Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do desenvolvimento do Projeto Pedagógico se dará em relação aos seguintes aspectos: cumprimento de seus objetivos, perfil do egresso, estrutura e flexibilização curricular, atividades complementares, pertinência do curso no contexto regional e corpo docente e discente. De acordo com a Resolução CS Nº 64/2019 (IFES, 2019d), ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) cabe criar, implantar e consolidar o Projeto Pedagógico do Curso, mantendo-o constantemente atualizado. O NDE definirá a concepção e os fundamentos do Projeto Pedagógico do Curso. Para tanto, em um intervalo anual (preferencialmente, no final do segundo semestre, antes do encerramento das atividades letivas anuais), o Núcleo Docente Estruturante será convocado para proceder à avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo em vista o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas, bem como do suporte teórico-metodológico, dentre outros fatores, que integram e caracterizam as demandas surgidas no curso. Ao Colegiado, segundo a Resolução CS Nº 63/2019 (IFES, 2019e), caberá, enquanto órgão deliberativo nas questões didático-pedagógicas do curso, aprovar ou não as alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

7.2- Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem

Esse processo segue as normas do Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos de Graduação do Ifes.

Respeitando a premissa de que o homem constitui-se por meio de interações sociais, num processo dialético que ultrapassa em muito um mero somatório entre fatores inatos e

adquiridos, e também as premissas explicitadas pelo conceito de “zona de desenvolvimento proximal” elaborado por Vygotsky (1987), não é difícil compreender a aprendizagem como uma realização individual, mediada por um determinado ambiente. Estabelecer esse cenário como pano de fundo para a formulação de estratégias de avaliação exige uma análise das práticas vigentes e, em algumas situações, a reformulação das estratégias a serem empregadas.

Os sistemas de avaliação mais tradicionais, quando recorrem a testes, provas, trabalhos, entre outros instrumentos, costumam tabular apenas os dados que permitem uma análise do desenvolvimento real de cada aluno, um expediente que fornece uma percepção demasiado parcial do processo de desenvolvimento de cada sujeito. Essa abordagem, ao considerar apenas as conquistas já realizadas, tende a concentrar-se apenas no passado, constituindo-se, portanto, como uma avaliação retrospectiva. O fato de o aluno estar em pleno processo de formação demanda, obviamente, o estabelecimento de diagnósticos nos quais se reconheça o momento presente de cada aluno como um elemento decisivo para que se possa “preparar terreno” para novas conquistas, o que se constitui numa avaliação de caráter prospectivo. A avaliação apresenta-se, assim, como uma ferramenta que, ao expressar os níveis de desenvolvimento dos alunos, fornece uma visão razoável sobre a qualidade da aprendizagem: valores, habilidades, hábitos e conhecimentos conscientemente internalizados.

A lógica de prospecção de potencialidades dos alunos do curso de Letras tem, é claro, o contraponto da responsabilidade relativa à exigência de formação técnica e humanística, elemento fundamental para a atividade profissional desenvolvida no campo da linguagem (o que não constitui, de forma alguma, uma potência antagônica ou um conflito de interesses, tratando-se, antes, de estratégias complementares). A Portaria Nº 258/2014 (INEP, 2014), que apresenta os objetivos e itens a serem avaliados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), propõe “avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial [...]”. Para obter a Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, em seu Art. 4º inciso I, a Portaria Nº 258/2014 ainda prevê que o exame referido deve “avaliar o processo de formação do estudante de Letras, tendo em vista as competências e habilidades específicas requeridas para atuação na área, quer como bacharel, quer como licenciado em Letras.” Desse modo, a formação do estudante de Letras condiciona-se ao desenvolvimento de habilidades e competências para, entre outras:

- a) dominar as normas que regem as modalidades oral e escrita da língua;
- b) ser capaz de analisar e refletir sobre as teorias linguísticas, que apresentam a linguagem como fenômeno psicológico, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- c) ter domínio de metodologias de ensino de língua e literaturas, a fim de adequar esse conhecimento aos diferentes níveis de ensino;
- d) estar apto a fazer análise crítica e teórica das manifestações literárias e culturais;
- e) atuar de modo ético em variados contextos interculturais;
- f) entender que a formação profissional se dá de forma contínua, autônoma e permanente, considerando as inovações tecnológicas e o mercado de trabalho;
- g) fazer uso de tecnologias que auxiliam a pesquisa e o ensino na sua prática profissional;
- h) ser capaz de entender e analisar a organização e o funcionamento dos vários componentes linguísticos;
- i) estar apto a analisar, de forma crítica, os conteúdos que constituem sua formação profissional;
- j) estar apto a analisar e entender os processos de leitura e produção de textos.

Quanto aos procedimentos de avaliação, o curso de Letras do Ifes reafirma sua crença no fato de que não há valores imanentes aos instrumentos disponíveis. O valor de uma avaliação é construído pelo sentido que se forma em torno do ato de avaliar, dependendo então fundamentalmente da mentalidade que subjaz à prática de cada profissional docente (e isso leva mais uma vez à questão da necessidade de se elaborar e reelaborar incessantemente a percepção que o corpo docente, o corpo técnico-administrativo e o corpo discente fazem circular, no que tange à concepção e à prática da avaliação). Assim, o curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do *campus* Venda Nova do Imigrante entende que a adoção de uma ou outra estratégia com fins avaliativos depende, a rigor, do atendimento a três critérios, em conjunto ou intercalando-se um dos dois primeiros com o terceiro:

- Intenção prospectiva: a situação de avaliação permite estabelecer como objetivo demandas remanescentes e potencialidades do aluno?
- Intenção retrospectiva: a situação de avaliação permite estabelecer como objetivo a aproximação em relação à constituição do perfil profissional pretendido pelo curso?

- Adequação metodológica: o instrumento permite coletar os dados necessários para a avaliação pretendida?

Nesse sentido, de acordo com o ROD (IFES, 2017a), a avaliação será realizada de forma processual, envolvendo alunos e professores. Compreenderá a avaliação de aproveitamento em todos os componentes curriculares e se efetivará por meio de, no mínimo, três instrumentos documentados por período, sendo vista como parte integrante do processo de formação, com funções diagnósticas, formativas e somativas.

Cumprir frisar que a função diagnóstica da avaliação identifica as dificuldades de aprendizagem, a formativa determina o alcance dos objetivos propostos e a somativa tem por função principal promover o aluno.

No entender de Luckesi (1999, p. 43), “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”. Na página 44, coloca o autor: “a avaliação deverá verificar a aprendizagem não só a partir dos mínimos possíveis, mas a partir dos mínimos necessários”.

Quanto às estratégias propriamente ditas, sua arquitetura obedecerá, grosso modo, a um procedimento de Avaliação Formativa. Considerando a descrição feita no texto “Avaliação formativa: algumas notas” (FERRAZ et al, 1994) (do qual se faz aqui uma espécie de súmula), pode-se entender como avaliação formativa aquela em que “os processos de formação se vão adequando às características dos alunos, permitindo a adaptação do ensino às diferenças individuais”, incidindo “preferencialmente sobre os processos desenvolvidos pelos alunos face às tarefas propostas”, mas considerando também os resultados da aprendizagem.

É preciso compreender, aqui, que o teor formativo somente se constitui a partir da compreensão, por parte do aluno, das “diferentes dimensões” desse processo e da abertura de possibilidades de regulação da aprendizagem, o que supõe, portanto, “a escuta dos pares e o confronto de pareceres facilitadores da autoavaliação e do autocontrole”.

A avaliação formativa ocorre quando, após pequenos períodos de aprendizagem, analisam-se os seus produtos e procede-se, caso seja necessário, a uma reorientação do trabalho. Além disso, depois de um período mais longo, a avaliação formativa permite fazer um balanço das aprendizagens, rumo à reorganização de atividades conforme as diferentes necessidades dos alunos, o que torna evidente a concepção de aprendizagem não como “armazenamento de noções e processos”, mas como uma espécie de “movimento em espiral”. A avaliação formativa cumpre, então, uma função de regulação, facilitando a construção de itinerários pessoais de formação, introduzindo os alunos nos mecanismos da aprendizagem e da

construção do saber e nas regras da convivência democrática, constituindo um circuito de “meta-aprendizagem”.

A composição procedimental da avaliação formativa será definida após a identificação dos seguintes indicadores e critérios de "exigência" (níveis de aprendizagem):

- Competências Cognitivas. Modalidades Estruturais da inteligência. Operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas.
- Habilidades Instrumentais. Referem-se especificamente ao plano do "saber fazer" e decorrem diretamente do nível estrutural das competências adquiridas, que se transformam em habilidades. As competências podem ser categorizadas em três níveis distintos de ações e de operações mentais, que se diferenciam pela qualidade das relações que se estabelecem entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

a) Nível Básico, em que estão as ações que tornam presente o objeto do conhecimento para o sujeito. São realizadas, principalmente, pelas seguintes atividades:

Identificar	Indicar	Localizar
Descrever	Discriminar	Apontar
Constatar	Nomear	Ler
Observar	Perceber	Posicionar
Reconhecer	Transformar	E Correlatas

b) Nível Operacional, em que estão as ações e operações que pressupõem o estabelecimento de relações com e entre os objetos. Isso significa que na estrutura da inteligência já se desenvolveram os procedimentos necessários para realizar as seguintes atividades:

Associar	Classificar	Comparar
Conservar	Compreender	Compor
Decompor	Diferenciar	Estabelecer
Estimar	Incluir	Interpretar
Justificar	Medir	Modificar
Ordenar	Organizar	Quantificar
Relacionar	Representar	Transformar e Correlatas

c) Nível Global (operatório), referente às ações e operações mais complexas que envolvem aplicação de conhecimentos e resolução de problemas inéditos. São representadas pelas seguintes atividades:

Analisar	Antecipar	Avaliar
Aplicar	Abstrair	Construir
Criticar	Concluir	Supor
Deduzir	Explicar	Generalizar
Inferir	Julgar	Prognosticar
Resolver	Solucionar	e Correlatas

- Descritores de Desempenho. A construção de matrizes constitui-se no universo possível de cruzamentos entre conteúdos e competências, referidos aos diferentes níveis e aos diferentes ciclos de avaliação. O que determina a maior ou menor porcentagem de competência em cada nível e em cada ciclo é a capacidade operatória do aluno, caracterizada pelo desenvolvimento de suas estruturas de inteligência.

Quanto aos procedimentos propriamente ditos, a orientação é proceder ao emprego de um sistema de avaliação integrada (resguardando-se, obviamente, as especificidades das diversas disciplinas e as singularidades de cada situação de avaliação) pelos seguintes instrumentos:

- a) roteiros de observação (individual e grupal);
- b) avaliações individuais (testes, estudos dirigidos, exposições orais e dissertações escritas);
- c) avaliações grupais (testes, estudos dirigidos, debates e seminários);
- d) recuperações;
- e) registros de desempenho.

Pelo exposto, a avaliação no curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do Ifes deverá apontar para as seguintes finalidades:

1. diagnosticar as etapas em que os alunos estão em determinado conteúdo para que sejam tomadas medidas para recuperação de conceitos e estímulo a novas estruturas;
2. propiciar a reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem pelos atores envolvidos;
3. integrar conhecimentos por ser, também, um recurso de ensino-aprendizagem;

4. comprovar a capacidade profissional nas formas individual e coletiva;
5. Demonstrar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos;
6. possibilitar a reflexão do indivíduo, do grupo, dos professores, dos alunos e da instituição sobre como está se desenrolando o proposto para a formação do licenciado em Letras.

7.3- Avaliação do curso

O curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa será avaliado em todo o percurso de sua execução, obedecidas as Diretrizes Nacionais para a Avaliação de Cursos de Nível Superior, as Diretrizes Curriculares dos cursos de Licenciatura e a proposta de Avaliação Institucional do Ifes.

A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação desses dois elementos permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Inclui-se aqui a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade).

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, enfoques e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes. O Curso adotará uma metodologia participativa, conforme orientação da Avaliação Institucional. Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados. As dimensões a serem consideradas na avaliação do curso são:

- a execução e aplicabilidade do Plano do Curso e a definição de propostas de redirecionamento;
- a produção acadêmica, visando a possíveis mudanças, atualizações e adequações;
- a relação do curso com a comunidade, por meio da avaliação Institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade;
- os recursos humanos envolvidos no curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente;
- o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional;
- a infraestrutura física e tecnológica – sua adequação para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a satisfação dos usuários dos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento;

- a adequação do projeto do curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional;
- as formas de atendimento ao corpo discente e integração deste com a vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática no Ifes para a qualidade da vida estudantil e a integração do aluno à comunidade.

7.4- Plano de Avaliação Institucional

O Plano de Avaliação Institucional do Instituto Federal do Espírito Santo foi formulado com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004b), com o intuito de promover a melhoria da qualidade da educação superior e a eficácia institucional nos campos acadêmico e social, aprofundando os compromissos educacionais da instituição, bem como a consciência de sua responsabilidade social.

Com base no SINAES foi criada a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado, formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica e representantes da sociedade civil organizada, cuja composição segue normas previstas no Regulamento da CPA do Ifes (IFES, 2018b). Esta Comissão tem como objetivo, também segundo o Regulamento, organizar os procedimentos e os instrumentos para a avaliação, em consonância com as dimensões analisadas pelo SINAES, adotando uma metodologia participativa na condução da Avaliação Institucional, buscando compartilhar as opiniões e as soluções para os problemas apresentados.

O Instituto Federal do Espírito Santo, visando a uma melhor condução da autoavaliação institucional em cada *campus*, estabelece que devem ser criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), com o objetivo de implementar e acompanhar as atividades inerentes ao processo avaliativo do respectivo *campus*, em conjunto com a CPA.

Os objetivos da Avaliação Institucional estão previstos na Lei Nº 10.861, artigo 3º e também pelo Regulamento da CPA do Ifes.

A avaliação institucional tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica e ao contraditório, oferecendo subsídios para tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa.

Visando alcançar o objetivo proposto, a avaliação compreende dez dimensões que vão desde a missão e o plano de desenvolvimento institucional até o atendimento oferecido aos estudantes – assistência estudantil. Abrangem as políticas relacionadas ao ensino, a pesquisa, a extensão, tanto quanto as relacionadas com a gestão de pessoas, a organização dos colegiados da instituição, sua relação com a comunidade, responsabilidade social, infraestrutura e processos avaliativos internos, tanto do curso, quanto da instituição de modo geral, considerando o compromisso com a continuidade e ampliação da oferta dos cursos.

7.4.1- Mecanismos de Integração da Avaliação

Buscando superar a lógica de uma avaliação fragmentada e apenas classificatória, a sistemática estabelecida pelo SINAES e adotada pela CPA, é constituída com base na articulação e na integração de três processos avaliativos: a avaliação da instituição (autoavaliação e avaliação externa), o ENADE e a avaliação dos cursos de graduação, envolvendo tanto as atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), quanto as atividades-meio, relacionadas ao planejamento e à gestão do Ifes.

No *campus* Venda Nova do Imigrante serão considerados alguns requisitos para a adequada implementação da avaliação, tais como: planejamento das atividades, em conjunto com a CPA, participação de toda a comunidade acadêmica, incluindo os diretores e coordenadores, preocupação com a qualidade e a veracidade da informação prestada, divulgação e uso adequado dos resultados obtidos durante a avaliação, considerando que a autoavaliação e a reflexão sobre o seu próprio fazer são fundamentais para a continuidade e a ampliação da qualidade dos cursos oferecidos na instituição.

Assim, a política de avaliação implementada abrangerá toda a comunidade acadêmica, articulando as diferentes dimensões do processo avaliativo, na busca pelo entendimento da realidade institucional, superação das dificuldades e melhoria na qualidade da instituição para todos os que nela atuam, através do estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo, a partir dos resultados obtidos em cada um dos três processos avaliativos: a avaliação da instituição, a avaliação do desempenho dos estudantes e a avaliação dos cursos de graduação.

7.4.2- Diretrizes Metodológicas e Operacionais

Visando à realização da avaliação proposta pelo SINAES, o Ifes estabelece que a CPA e as CSA se reúnam periodicamente para planejar as ações e definir cronogramas para a execução das diferentes etapas de avaliação institucional. Nesse planejamento devem constar os instrumentos de avaliação a serem utilizados, bem como os segmentos que serão consultados, devendo ser apresentada aos *campi*, semestralmente. Considerando este um

processo democrático e integrado, a CSA do *campus* Venda Nova do Imigrante trabalhará sempre de maneira articulada com a CPA.

Para promover a avaliação institucional, diversas atividades poderão ser desenvolvidas, mas considerando que a metodologia adotada será participativa e colaborativa, tais atividades serão planejadas a partir da integração entre os pares que compõem a instituição. Algumas atividades que podem ser utilizadas são: reuniões de sensibilização, debates, seminários internos, grupos de trabalhos com base nas demandas apresentadas, instrumentos para coleta de dados como questionários e entrevistas. Ao fim desse processo, procede-se à organização dos dados coletados, à divulgação dos resultados obtidos e à elaboração de um relatório final, ao qual possam ser incorporados os dados sobre a avaliação dos cursos e do desempenho dos estudantes, participando-se à comunidade acadêmica não apenas esses resultados, mas também, e principalmente, as ações a serem implementadas pela instituição para minimizar as dificuldades encontradas e ampliar os aspectos positivos apontados pela avaliação.

Considerando a natureza formativa e contínua desse processo, a reflexão acerca dos resultados é imprescindível, a fim de estabelecer as diretrizes que garantam a continuidade do processo avaliativo, da autoavaliação, fundamental para o reconhecimento das potencialidades e dos desafios da instituição.

8- ATENDIMENTO AO DISCENTE

8.1- Assistência Estudantil

O atendimento aos discentes do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do *campus* Venda Nova do Imigrante tem como base a Legislação Nacional vigente, explicitada abaixo:

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, que estabelece a necessidade de o ensino ser ministrado com base no princípio da Igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 3º, Inciso I), princípio que deve ser respeitado em todos os níveis e modalidades da Educação Nacional (BRASIL, 1996);
- O Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010) e tem como finalidade criar

mecanismos que atendam ao que diz a LDB, ampliando assim, as condições de permanência dos estudantes da Educação Superior;

- A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), aprovada pela Resolução Nº 19/2011, de 09 de maio de 2011, do Conselho Superior (IFES, 2011a).

Assim, os estudantes do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do *campus* Venda Nova do Imigrante, contarão com os programas presentes na referida Política, visando, dentre outros princípios, garantir a equidade de condições no processo de formação acadêmica. Os programas são divididos em dois grupos: Programas Universais e Programas Específicos, que serão detalhados a seguir.

8.1.1- Programas Universais

Objetivam favorecer o desenvolvimento integral do sujeito por meio das seguintes ações:

- Incentivo a atividades culturais e de lazer – contribuir para a formação física e intelectual dos discentes, na perspectiva da formação cidadã;
- Apoio à Pessoa com Necessidades Educativas Específicas – contribuir para a implantação de uma cultura inclusiva na educação, através do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Específicas (Napne) do *campus*, cujas ações estão detalhadas no item 8.3 deste projeto de curso;
- Ações educativas/Formação para a Cidadania – promover a discussão de temas transversais ao currículo do curso, ampliando o universo conceitual dos discentes;
- Atenção Biopsicossocial – neste programa estão incluídas as ações de acompanhamento psicológico, orientação e acompanhamento social, aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva, quando comprovada a necessidade deles para garantir o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas, atendimento ambulatorial, primeiros socorros, campanhas educativas e preventivas, entre outras ações, planejadas a partir da necessidade percebida no *campus*.

8.1.2- Programas Específicos

Objetivam o atendimento aos discentes em vulnerabilidade social através das seguintes ações:

- Atenção Primária – determinantes para a permanência na Instituição, concedidos a partir da avaliação da situação socioeconômica de cada discente, conforme normas estabelecidas em Edital próprio:
 - Auxílio Transporte – contribuir com o transporte do estudante da residência ao *campus* e vice-versa;

- Auxílio Alimentação – contribuir para a permanência dos alunos no *campus*, seja para complementação dos estudos ou para as aulas regulares;
- Auxílio Didático – facilitar a aquisição de cópias, impressões, instrumentos específicos ao curso, entre outros que sejam imprescindíveis à formação do discente;
- Auxílio Moradia – na ausência de “alojamento estudantil”, este programa pode contribuir para os gastos com aluguel dos estudantes que residem em outra localidade;
- Auxílio Financeiro – tem por objetivo atender aos discentes que, mesmo com os programas descritos anteriormente, ainda não tiverem suas necessidades contempladas.
- Atenção Secundária – visam a contribuir para a formação acadêmica, mas não interferem na permanência do estudante na Instituição:
 - Auxílio Monitoria – contribuir para o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, atendendo tanto aos alunos com bom desempenho acadêmico, quanto aos alunos que necessitam de maior apoio nas atividades acadêmicas.

É importante destacar que, para a concessão dos benefícios listados, o *campus* fará, anualmente, uma avaliação das necessidades e do orçamento disponibilizado para a Assistência Estudantil, de modo a garantir a permanência e a possibilidade de avanço nos estudos daqueles que apresentarem vulnerabilidade social ou dificuldades em seu processo de aprendizagem.

Além das ações descritas na Política, o discente ainda contará com o atendimento extraclasse em horários agendados pelos docentes das disciplinas e com o apoio pedagógico, sempre presente do início ao fim do curso.

Para prestar o melhor atendimento possível aos discentes, o *campus* conta com a Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM), composta pelos serviços de Psicologia, Enfermagem e Serviço Social, com a equipe multidisciplinar do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) e com a Coordenadoria de Gestão Pedagógica, que fará o acompanhamento pedagógico e educacional com os docentes e discentes, objetivando assegurar a permanência e o sucesso dos estudantes em todas as etapas do curso.

8.2- Acompanhamento do discente e do egresso

Para o acompanhamento e para o cumprimento dos objetivos propostos, quanto ao perfil de formação do egresso, o ideal é que seja efetuado um acompanhamento permanente da vida

deste, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional. Entretanto, devido às restrições para efetuar esse acompanhamento, são propostas três etapas. Na primeira, basicamente se acompanhará o aluno do instante de sua entrada no curso até a conclusão. A segunda etapa ocorrerá durante o período do estágio, em que o aluno será acompanhado por um professor-orientador com formação afim à da área na qual o aluno esteja inserido na instituição concedente do estágio.

É importante destacar que o acompanhamento do aluno pelo professor tem por objetivo orientar os estudos complementares necessários para que ele seja mais facilmente inserido em seu novo ambiente de atuação. Além disso, o docente poderá passar a sua experiência profissional e, por que não, pessoal, de vivência, completando assim a formação esperada para um profissional de Letras.

A terceira etapa visa, basicamente, a manter o laço existente entre o egresso e a escola. Este procedimento leva a um processo de troca de informações, o que irá enriquecer tanto um quanto outro. Ao primeiro será dado o conhecimento dos cursos de atualização em sua área de formação que serão oferecidos pela escola. A partir daí, a contribuição do egresso para com a escola poderá ocorrer tanto na forma de palestras a serem ministradas, e que enfoquem a realidade da sua área de atuação, como através de cursos oferecidos na instituição em que atua, e onde poderá haver a participação de professores e/ou alunos da instituição.

8.3- Acesso a Pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

Os Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, SEE, 2010) corroboram que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Em respeito aos direitos da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, e em atendimento às disposições do Decreto Nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004d), que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida – tendo em vista principalmente seus artigos 24 e 25 –, os ambientes do *campus* Venda Nova do Imigrante estão adaptados para o acesso à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Como exemplos destas adaptações, podemos citar: as passarelas e rampas de acesso a todos os níveis que não sejam térreos; as adaptações e instalações específicas em todos os banheiros do *campus*; a existência de locais para acomodação de cadeirantes no auditório, assim como de poltronas especiais para pessoas obesas, além do acesso facilitado ao espaço; a disponibilidade de duas cadeiras de rodas manuais no setor de serviço de enfermagem, para uma eventual emergência; os vidros nas

portas das salas de aula; a ausência de desníveis entre calçadas e a existência de estacionamentos com vagas reservadas, próximos aos principais acessos, nas imediações das salas de aula e no prédio administrativo.

O Instituto Federal do Espírito Santo também tem uma equipe constituída que está responsável pelo projeto de implementação da sinalização tátil, visual e sonora em todos os *campi* para o atendimento ao que a legislação estabelece.

O *campus* Venda Nova do Imigrante conta com o Napne (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), que tem como finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para que tenham acesso a uma educação pública de qualidade, bem como para que possam permanecer e sair com êxito desse processo formativo (IFES, 2014a; IFES, 2014b). Para o Núcleo as pessoas com necessidades específicas são entendidas como aquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, sendo que o atendimento educacional especializado é realizado na sala de recursos multifuncionais.

Contudo, quando falamos de acessibilidade não podemos restringir o termo apenas à questão arquitetônica; é imprescindível elucidar que existem outros tipos de barreiras concernentes à acessibilidade, tais como: acessibilidade atitudinal, que requer uma mudança na cultura de nossa sociedade por meio de programas e práticas de sensibilização das pessoas e da convivência na diversidade humana; acessibilidade comunicacional, que significa a promoção de uma comunicação interpessoal, escrita e virtual desprovida de barreiras; acessibilidade metodológica, que inclui a adoção de métodos e técnicas de estudo adaptados; acessibilidade instrumental, entendida como a ausência de barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo, nas atividades da vida diária, de lazer, esporte e recreação; e a acessibilidade programática, que significa a superação das barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, em regulamentos e normas em geral.

Dessa forma, garantir a inclusão, o acesso, a permanência e a saída exitosa de pessoas com necessidades específicas no curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do *campus* Venda Nova do Imigrante é uma grande preocupação de todos os envolvidos com este projeto. Por isso, procura-se atender às normativas institucionais que subsidiam as atividades do Napne (IFES, 2016b; IFES, 2017b; IFES, 2017c; IFES, 2018c).

8.4- Ações afirmativas e atuação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi)

O *campus* Venda Nova do Imigrante instituiu, através da Portaria DG Nº 431 de 28 de setembro de 2017 (IFES, 2017d), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi). O Núcleo é responsável por organizar e promover, no ambiente escolar, as abordagens relacionadas aos estudos afro-brasileiros e indígenas. Tais ações perpassam a organização de eventos, como a “Semana da Consciência Negra”, intervenções nas turmas, palestras, rodas de conversa, seminários, dentre outras atividades que podem despertar a conscientização e a reeducação de discentes adolescentes e jovens, assim como de toda a comunidade escolar. Um dos principais objetivos deste núcleo é a ampliação de saberes e fazeres da educação para as relações étnico-raciais. Com esse fim, no segundo semestre de 2019, o Neabi do *campus* Venda Nova do Imigrante promoveu o curso de extensão intitulado “Educação para as Relações Étnico-Raciais” (ERER), curso que contou com a participação de docentes do *campus* com formação em diferentes áreas (entre os quais incluíram-se docentes do curso de letras) nas etapas de planejamento e execução, e que teve, entre o alunado, professores da Educação Básica de diferentes instituições.

Segundo o Parecer do CNE/CP Nº 03/2004 (BRASIL, 2004c), “A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, [...]”, ou seja, as instituições de ensino precisam estar mobilizadas para corresponderem a uma demanda real de ações afirmativas que colaborem com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O mesmo documento, cujo conteúdo a concepção do presente curso esforça-se por observar, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas.

9- GESTÃO DO CURSO

A gestão do curso será exercida pelo Coordenador do Curso, em conjunto com o NDE e o Colegiado do Curso, que se reportam à Diretoria de Ensino, pelo mandato de dois anos (Coordenador) ou 3 anos (Colegiado e NDE), podendo ser reconduzido por mais o mesmo número de anos. No Quadro 02 consta o histórico, com os nomes dos docentes e o respectivo

período que coordenaram o curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, desde o início de funcionamento do curso em março de 2015.

Quadro 02 - Histórico dos coordenadores do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa

Coodenador	Período
Adrianna Machado Meneguelli	Agosto de 2016 a março de 2018
Alex Caldas Simões	Março de 2018 a março de 2020
Nanine Renata Passos dos Santos Pereira	Março de 2020 a março de 2022
Karine Silveira	Março de 2022 a março de 2024

O Coordenador do Curso deve ser efetivo do corpo docente do Ifes, Campus Venda Nova do Imigrante, pertencer ao corpo docente para o curso, trabalhar em regime de 40 horas semanais ou Dedicção Exclusiva, e possuir, ao menos, a titulação de Mestre.

As competências da Coordenadoria do Curso estão descritas no Art. 51 do Regimento Interno dos *campi* do Ifes (IFES, 2016c). O Coordenador do Curso deve:

- Integrar e presidir o NDE e o Colegiado do curso;
- Atuar na relação com os docentes e com os discentes;
- Representar o curso em fóruns específicos quando se fizer necessário;
- Estabelecer, a cada ano, o plano de ação para a condução e o monitoramento de atividades que contribuam com a melhoria contínua do curso e
- Zelar para o cumprimento do previsto no regulamento da organização didática dos cursos de graduação do Ifes (ROD).

O NDE tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. Integra a estrutura de gestão acadêmica do curso sendo corresponsável pela elaboração, implementação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Além disso, deve definir o perfil acadêmico do curso e a formação e o perfil profissional do egresso; a fundamentação teórico-metodológica do currículo; a integralização de disciplinas e atividades; as habilidades; as competências a serem atingidas e os procedimentos de avaliação.

A Resolução Nº 01/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), normatiza o NDE, que assim dispõe em seu Art. 1º:

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (MEC, 2010c).

As atribuições do NDE são definidas na citada resolução:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A resolução CONAES Nº 01/2010 estabelece também que as Instituições de Educação Superior, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes:

I. ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II. ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

III. ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

IV. assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

O NDE, que no Ifes é instituído pela Resolução do Conselho Superior Nº 64 de 2019, também contará com o apoio do Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso é órgão consultivo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes da instituição. As atribuições do Colegiado estão descritas na Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 63/2019. Dentre as atribuições, destacam-se abaixo aquelas inerentes à gestão do curso:

II. Funcionar como órgão consultivo e de assessoria do(a) Coordenador(a) do Curso, em especial em questões de ordem administrativa;

III. Funcionar como instância de recurso para as decisões do(a) Coordenador(a) do Curso sobre as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo docente, cabendo recurso da decisão à Diretoria de Ensino ou ao setor equivalente do campus;

IV. Funcionar como órgão deliberativo nas questões didático-pedagógicas do curso propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE);

VI. Propor à Direção de Ensino do campus a oferta de turmas, o aumento ou a redução do número de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

VII. Definir as listas da oferta de componentes curriculares para cada período letivo e homologá-las após aprovação pelas Coordenadorias dos Cursos, em conformidade com os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico;

VIII. Propor o horário dos componentes curriculares e das turmas do seu curso, ouvidas as coordenadorias envolvidas, observando a compatibilidade entre eles, exceto para cursos na modalidade a distância;

XVI. Desenvolver, junto à Direção de Ensino, ações de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes, de forma periódica e sistematizada, em articulação com a Equipe Pedagógica e Assistência Estudantil, observando a Política de Assistência Estudantil do Ifes;

XVII. Definir, junto às Coordenadorias Acadêmicas, a necessidade de realização de programas e de períodos especiais de estudos de interesse do curso;

XVIII. Orientar a elaboração e revisão dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, bem como dos mapas de atividades dos cursos a distância, propondo alterações, quando necessárias;

XIX. Sugerir às coordenadorias ou professores das diversas áreas do curso, a realização e a integração de programas de pesquisa e extensão de interesse do curso;

XX. Propor às coordenadorias alterações na alocação de docentes que não atendam às necessidades dos cursos;

XXI. Criar comissões temporárias para o estudo de assuntos específicos ou para coordenar atividades de sua competência;

XXIII. Analisar e emitir parecer em colaboração com o NDE sobre os indicadores de desempenho do curso estabelecidos nacionalmente;

XXIV. Instruir e apoiar até a publicação do ato regulatório pertinente, em colaboração com a Diretoria de Ensino de Graduação e com a Procuradoria Educacional Institucional, os processos de avaliação do curso;

XXV. Atualizar a situação do curso na Procuradoria Educacional Institucional;

XXVI. Elaborar e divulgar à comunidade acadêmica, o fluxo e os prazos a serem utilizados para o encaminhamento das decisões realizadas pelo colegiado;

XXVII. Manter em arquivo todas as informações de interesse do Curso de Graduação, inclusive atas de suas reuniões, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais; XXVIII. Analisar e dar encaminhamento, sempre que solicitado, a outras questões pertinentes ao curso.

XXIX. Auxiliar na proposição de formas de articulação para a integração curricular interdisciplinar.

10- CORPO DOCENTE

Considerando as exigências contidas no Art. 52, incisos II e III da LDBEN, que define o perfil que deve ter o corpo docente para cursos de ensino superior, qual seja, de que:

II – Um terço do corpo docente, pelo menos, com habilitação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

O Quadro 03 apresenta as principais características do corpo docente que poderá atuar no Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante. A maioria dos docentes efetivos tem titulação mínima de mestre e trabalha em regime de Dedicção Exclusiva.

Quadro 03- Corpo docente do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo de experiência no magistério superior ou experiência profissional	Disciplinas	Curriculum Lattes
Adrianna Machado Meneguelli	Doutora	DE	*tempo de docência no ensino superior: 11 anos *tempo de experiência profissional: 31 anos	Literatura em Língua Portuguesa II; Literatura em Língua Portuguesa III; Literatura em Língua Portuguesa IV; Leitura de literatura: ficção e poesia; Prática Curricular II, IV, VI; Estudos Literários I, II, III, Práticas de Extensão I e II.	http://lattes.cnpq.br/5918972460759215
Alex Caldas Simões	Doutor	DE	*tempo de docência no ensino superior: 10 anos *tempo de experiência profissional: 10 anos	Introdução aos Estudos Linguísticos; Leitura; Estudos Gramaticais; Noções de Fonética e Fonologia, Morfologia, Prática Curricular I, III e V; Sintaxe I; Sintaxe II; Prática Curricular I, III, V; Teorias dos gêneros textuais; Revisão de Textos;	http://lattes.cnpq.br/2757065561066716

				Estilística, Práticas de Extensão III e IV.	
Edgar Alvarenga Simões	Especialista	DE	*tempo de docência no ensino superior: 8 anos *tempo de experiência profissional: 10 anos	Língua Brasileira de Sinais – Libras	http://lattes.cnpq.br/7871050572561231
Érica Renata de Vilela Morais	Doutoranda	40h	*tempo de docência no ensino superior: 8 meses *tempo de experiência profissional: 13 anos	Metodologia da Pesquisa; Psicologia da Educação; Didática Geral; Política e Organização da Educação Básica; Didática e avaliação da aprendizagem; Gestão e organização do trabalho escolar; Educação de Jovens e Adultos; Diversidade e Educação.	http://lattes.cnpq.br/1135367986588451
Fábio Boscaglia	Mestre	DE	*tempo de docência no ensino superior: 6 anos *tempo de experiência profissional: 11 anos	Bases Sociológicas da Educação	http://lattes.cnpq.br/3536990194170379
Hedlamar Fernandes Silva Lima	Doutoranda	40h	*tempo de docência no ensino superior: 11 anos *tempo de experiência profissional: 24 anos	Educação Especial	http://lattes.cnpq.br/9398911742741951
João Paulo Matedi Alves	Doutor	DE	*tempo de docência no ensino superior: 7 anos *tempo de experiência profissional: 10 anos	Estudos de Língua e Literatura Latinas; Literatura em Língua Portuguesa I; Leitura de literatura: ficção e poesia; Prática Curricular II, IV, VI, Práticas de Extensão I e II.	http://lattes.cnpq.br/2433733003350299
Kalna Mareto Teao	Doutora	DE	*tempo de docência no ensino superior: 7 anos *tempo de experiência profissional: 22 anos	História da Educação	http://lattes.cnpq.br/4192676946479187
Karine Silveira	Doutora	DE	*tempo de docência no ensino superior: 4 anos *tempo de experiência profissional: 10 anos	Linguística Textual; Metodologia da Pesquisa; Noções de Fonética e Fonologia; Prática Curricular I, III, V; Sociolinguística; Análise do Discurso; Noções de Semântica e de Pragmática; Prática Curricular I, III e V.; Revisão de Textos; Práticas de	http://lattes.cnpq.br/1296625858770602

				extensão III e IV.	
Kenia Olympia Fontan Ventorim	Mestre	DE	*tempo de docência no ensino superior: 4 anos *tempo de experiência profissional: 20 anos	Trabalho e Educação	http://lattes.cnpq.br/5081977937190565
Letícia da Silva Lemos	Mestre	40h	*tempo de docência no ensino superior: 8 meses *tempo de experiência profissional: 13 anos	Leitura e Produção de Textos; Noções de Fonética e Fonologia; Sociolinguística.	http://lattes.cnpq.br/1772939574394970
Nanine Renata Passos dos Santos Pereira	Doutoranda	DE	*tempo de docência no ensino superior: 5 anos *tempo de experiência profissional: 25 anos	Estudos Literários I; Estudos Literários II; Literatura em Língua Portuguesa V; Prática Curricular II, IV, VI; Estudos Literários I, II, III.	http://lattes.cnpq.br/0526825567724847
Raoni Schmitt Huapaya	Doutor	DE	*tempo de docência no ensino superior: 6 anos *tempo de experiência profissional: 24 anos	Literatura em Língua Portuguesa I; Estudos Literários III; Leitura de literatura: ficção e poesia; Prática Curricular II, IV, VI; Estudos Literários I, II, III, Práticas de Extensão I e II.	http://lattes.cnpq.br/8483417369994959
Selma Lúcia de Assis Pereira	Doutoranda	DE	*tempo de docência no ensino superior: 4 anos *tempo de experiência profissional: 26 anos	Psicologia da Educação; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Gestão e organização do trabalho escolar.	http://lattes.cnpq.br/5970771373978559

11- INFRAESTRUTURA

Nesta seção é feita uma breve descrição da infraestrutura do campus, onde acontece o Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante.

11.1- Áreas de ensino específicas

Tabela 1 - Áreas específicas para atender as atividades de ensino no Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante.

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Sala de Aula	17	1.020,00	-	-	
Sala de Professores *	7	210,00	-	-	
Coordenadoria de Cursos Superiores **	3	56,00	-	-	
Coordenadoria de Cursos Técnicos ***	1	30,00	-	-	
Coordenadoria Geral de Ensino	1	30,00	-	-	
Diretoria de Ensino	1	30,00	-	-	

* Para comportar 03 a 07 professores em cada sala.

**Espaço composto por salas individuais sendo uma para cada coordenador de curso superior do campus.

***Sala que comporta os coordenadores dos dois cursos técnicos existentes no campus.

Fonte: Projeto arquitetônico do Ifes.

11.2- Áreas de estudo geral

Tabela 2 - Áreas de estudo geral do campus para atender as atividades dos alunos do curso.

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Biblioteca	1	343,90	-	349,00	Expansão
Lab. de Informática	3	240,90	-	-	
Lab. de Análise e Pesquisas em Café	1	120,00	-	-	
Lab. de Pesquisa e Desenvolvimento	1	90,00	-	-	
Lab. de Administração	1	56,76	-	-	
Lab. de Línguas	2	56,76	-	-	
Lab. Matemática	1	56,76	-	-	
Lab. de Cartografia Geográfica e Gestão Socioespacial	1	56,76	-	-	

Fonte: Projeto arquitetônico do Ifes.

Como pode ser observado na Tabela 2, o *campus* possui 2 (dois) Laboratórios de Línguas. O Laboratório de Línguas consiste em um sistema de intercomunicação que permite ao professor monitorar e comunicar-se individualmente com cada um de seus alunos. Da mesma forma, permite atividades totalmente interativas, como conversação aluno-aluno e entre diversos grupos, oportunizando um aprendizado mais dinâmico, que leve o aluno a uma participação mais eficaz.

Vantagens da aprendizagem por meio do Laboratório de Línguas:

- individualização do trabalho pedagógico;
- supervisão e orientação individual;
- aproveitamento integral do tempo de aula com participação ativa do aluno;
- maior intensidade e concentração nas atividades interativas;
- maior qualidade sonora.

11.3- Áreas de esportes e vivência

Tabela 3 - Áreas de esportes e vivência no Ifes campus Venda Nova do Imigrante.

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Área de esporte (ginásio)	1	2.230,26	-	-	
Cantina	1	64,50	-	-	
Área de convivência discente	1	280,00	-	-	
Pátio Coberto	1	287,67	-	-	

Fonte: Projeto arquitetônico do Ifes.

11.4- Áreas de atendimento discente

Tabela 4 - Áreas de atendimento discente no Ifes campus Venda Nova do Imigrante.

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Atendimento Psicológico	1	30,0	-	-	
Atendimento Pedagógico	1	117,00	-	-	
Enfermaria	1	30,00	-	-	
Serviço Social	1	30,00	-	-	
Sala de AEE	1	58,50	-	-	

Fonte: Projeto arquitetônico do Ifes.

11.5- Áreas de apoio

Tabela 5 - Áreas de Apoio no Ifes campus Venda Nova do Imigrante.

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Auditório	1	600,00	-	-	
Miniauditório	1	50,00	-	-	

Fonte: Projeto arquitetônico do Ifes.

11.6- Infraestrutura tecnológica

Não se aplica, pois o curso aqui apresentado é presencial.

11.7- Infraestrutura de Polo de Apoio Presencial

Não se aplica, pois o curso aqui apresentado é presencial.

11.8- Biblioteca

A Biblioteca do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante, está em funcionamento desde 2010. Está vinculada à Diretoria de Ensino e tem a missão de promover o acesso à informação de forma eficiente e atualizada, bem como de buscar novas alternativas de gestão da informação que possam contribuir para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Localiza-se no Bloco II e ocupa uma área de 343,9m², com capacidade para atender, simultaneamente, 45 usuários sentados, além de contar com cabines individuais de estudo, 2 salas para o administrativo, guarda-volumes, 7 computadores com acesso à internet, 2 terminais de consulta (consulta, renovação e reserva *online*), setor de circulação e um espaço de aproximadamente 230m² destinado ao acervo. Está prevista a execução da obra de ampliação da Biblioteca, que passará a ter uma área de aproximadamente 843m², contemplando salas de estudo em grupo, sala de audiovisual (acervo e sala de projeção), espaço cultural, sala para Processamento Técnico e amplo espaço para acomodar o acervo, além de cabines e mesas de estudo.

Equipe

A Biblioteca conta atualmente com os seguintes servidores efetivos apresentado no quadro a seguir:

Quadro 04: servidores da Biblioteca

Nome	Cargo	Escolaridade
Adriana Souza Machado	Bibliotecária-Documentalista	Pós-graduação
Eliana Bedim Teodoro Moulin Zampirolli	Bibliotecária-Documentalista	Pós-graduação
Márcia Leite	Assistente administrativo	Pós-graduação
Lys Sevilha Gomes	Lys Sevilha Gomes	Ensino médio (em andamento)

Dias, horários de funcionamento e acervo

A Biblioteca está disponível para consulta pelo público em geral, dentro de seu horário de funcionamento, de 8h às 20h30min, de segunda a sexta-feira, exceto aos sábados, domingos e feriados. Atualmente, o acervo da Biblioteca é composto por:

- Livros;
- Publicações Periódicas: revistas técnico-científicas, não-científicas e jornais;
- Obras de Referência;
- Multimeios: CDs e DVDs;
- Mapas;
- e-Readers;
- Publicações em Braille

A consulta sobre disponibilidade de qualquer material na Biblioteca poderá ser realizada na página <https://biblioteca.ifes.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Os serviços online de reserva, renovação de materiais, consulta de débitos, dentre outros, podem ser consultadas pelo módulo “Meu Pergamum”. As orientações sobre todos os outros serviços oferecidos pela biblioteca podem ser obtidas na página da biblioteca <https://vandanova.ifes.edu.br/index.php/biblioteca>, no Guia do Usuário ou com os servidores do setor.

Atualmente, o setor conta com uma equipe de duas bibliotecárias e uma Assistente em Administração. Ao profissional Bibliotecário compete realizar atividades:

1. Informativos: localizar e recuperar informações; prestar atendimento personalizado; elaborar estratégias de buscas avançadas; intercambiar informações e documentos; controlar circulação de recursos informativos; prestar serviços de informação; orientar a normalização de trabalhos técnico-científicos; disseminar seletivamente a informação; compilar sumários correntes e bibliografia; elaborar clipping de

informações, alerta e boletim bibliográfico; selecionar recursos informacionais; armazenar e descartar recursos informacionais; avaliar, conservar, preservar e inventariar acervos;

2. Técnicas: registrar, classificar e catalogar recursos informacionais; elaborar linguagens documentárias, resenhas e resumos; gerenciar qualidade e conteúdo de fontes de informação; gerar fontes de informação; desenvolver metodologias para geração de documentos digitais ou eletrônicos;
3. Estudos e pesquisas: elaborar dossiês de informações, pesquisas temáticas, levantamento bibliográfico e trabalhos técnicos científicos; acessar bases de dados e outras fontes em meios eletrônicos; realizar estudos bibliométricos; coletar e analisar dados estatísticos; desenvolver critérios de controle de qualidade e conteúdo de fontes de informação;
4. Difusão cultural: promover ação cultural, atividades de fomento à leitura e eventos culturais.

O acervo da Biblioteca possui, aproximadamente, 4.369 títulos e 14.820 exemplares, constituído por livros, publicações periódicas, obras de referência, multimeios, *e-readers*, publicações em Braille e outras fontes de informação de variadas áreas do conhecimento, com ênfase nos cursos ofertados no *campus*. O acervo é constantemente atualizado para melhor atender os seus usuários, funcionando na forma de livre acesso às estantes. A seguir, a tabela apresenta o panorama geral do acervo bibliográfico da Biblioteca do *campus* Venda Nova do Imigrante.

Tabela 6 - Números do acervo da Biblioteca do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante.

Números do Acervo*		
Material Informacional	Total até 2022	
	Títulos	Exemplares
Livros	4.369	14.820
Folhetos	35	55
Artigos	49	0
Dissertações	1	1
Teses	2	2
TCCP - Pós-Graduação	1	1
Periódicos	68	1.652
DVD	206	216
Gravação de Vídeo	1	2
Mapas	13	13

CD-ROM	4	9
Gravação de Som	118	122
CD - Música	1	0
Artefatos Tridimensionais	3	32
TCC - Graduação	87	0

*Normas Técnicas: Disponível online. Fonte: Sistema de Gestão de Acervos da Biblioteca (Pergamum) – Biblioteca. Acesso em: 25 out. 2022.

A quantidade de materiais contidos no acervo que estão vinculados ao curso pode ser verificada na tabela a seguir.

Tabela 7 - Números do Acervo vinculados ao curso de Letras

Material informacional	Total até 2022	
	Títulos	Exemplares
Bibliografia básica	134	1.188
Bibliografia complementar	208	1.153
Total	342	2.341

Fonte: Sistema de Gestão de Acervos da Biblioteca (Pergamum). Acesso em: 04 out. 2022.

O acervo é aberto ao público em geral para consulta e pesquisa. Para os usuários externos a consulta é apenas local, não sendo possível retirar a obra do interior da Biblioteca. Os servidores e os alunos regularmente matriculados no *campus* têm direito a efetuar empréstimos, devendo comparecer à Coordenadoria de Biblioteca para cadastramento prévio. São oferecidas as seguintes modalidades de empréstimos:

- Domiciliar: é permitido levar o material para casa, respeitando-se os prazos de cada tipo de obra e a modalidade de usuário;
- Especial: o usuário poderá efetuar empréstimos de forma especial, nos casos de livros de consulta local, obras de referência, duplicação de exemplares e uso em sala de aula, respeitando datas e horários estipulados pela Biblioteca. O empréstimo especial é caracterizado por hora, exceto o empréstimo especial domiciliar;
- Local: refere-se ao empréstimo de chaves dos armários para guarda de seus pertences, conforme descrito no artigo 15 do Regimento da Biblioteca do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante.

Cada aluno de graduação pode fazer o empréstimo de no máximo cinco materiais bibliográficos simultaneamente. A renovação pode ser feita pela Internet por duas vezes consecutivas e, na terceira vez, deve ser presencial. Não há limites para o número de renovações presenciais. O aluno de graduação pode ficar durante 7 dias com livros técnicos, e 14 dias com livros de literatura.

Para o gerenciamento do acervo é utilizado o Sistema Pergamum, onde são feitas as catalogações, assim como os empréstimos, devoluções e reservas de material informacional. A consulta sobre a disponibilidade de qualquer material na Biblioteca pode ser realizada na página <https://biblioteca.ifes.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>. A Coordenadoria de Biblioteca oferta os seguintes serviços para os seus usuários:

- Consulta local ao acervo;
- Empréstimo de materiais informacionais para a comunidade acadêmica;
- Empréstimo interbibliotecário (mediante consulta de disponibilidade);
- Consulta, reserva e renovação *online* (módulo “Meu pergamum”);
- Divulgação de boletins bibliográficos;
- Orientação quanto ao uso das normas da ABNT;
- Recepção dos novos alunos com apresentação dos serviços oferecidos pela biblioteca;
- Auxílio na normalização de trabalhos acadêmicos;
- Elaboração de Ficha Catalográfica;
- Oficinas de normalização de trabalhos acadêmicos;
- Computadores com acesso a internet;
- Guarda-volumes, entre outros.

As orientações sobre todos os serviços oferecidos pela Biblioteca podem ser obtidas na página da biblioteca <https://vendanova.ifes.edu.br/index.php/biblioteca>, no Guia do Usuário ou com os servidores do setor.

As bibliotecas do Ifes contemplam um acervo virtual que tem como suporte duas plataformas digitais, que foram adquiridas através do *campus* Cefor: Biblioteca Virtual Pearson e Minha Biblioteca, que permitem o acesso 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com acesso à internet. A **Minha Biblioteca** é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva, que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso digital a um conteúdo técnico e científico de qualidade. Através da plataforma Minha Biblioteca, os usuários têm acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos das

principais publicações de áreas como direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras. Pode ser acessado através do Moodle ou diretamente no portal da Minha Biblioteca. A **Biblioteca Virtual Universitária (BVU)** é uma iniciativa pioneira de acervo de livros digital composto por milhares de títulos, que abordam mais de 40 áreas do conhecimento, tais como: administração, marketing, economia, direito, educação, filosofia, engenharia, computação, medicina, psicologia, entre outras. O Acesso à Biblioteca Virtual Person é realizado internamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, disponível a todos os usuários do Moodle Ifes.

Tanto o acervo físico quanto o virtual possuem garantia de acesso, com instalações e recursos tecnológicos que atendem a demanda. Podem ser acessados na página da Biblioteca do *campus* Venda Nova do Imigrante com login e senha institucionalizados e individualizados, dentro e fora da instituição.

Em relação aos periódicos especializados, a biblioteca possui acesso ao **Portal de Periódicos Capes**. O Portal oferece textos selecionados em mais de 37 mil publicações periódicas internacionais e nacionais e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na web. Os computadores do Ifes estão habilitados para oferecer este acervo científico virtual para comunidade acadêmica, como também é disponibilizado o acesso remoto por meio da CAFE, Comunidade Acadêmica Federada.

O Ifes, através do Fórum de Bibliotecários, oferece o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para a comunidade acadêmica, por meio da plataforma **Target GEDWeb** e também via Sistema Pergamum. A contratação da coleção ABNT vem com o objetivo de contar com o acesso rápido às normas brasileiras e MERCOSUL por todas as unidades do Ifes sem limite de usuários, e redução dos custos, evitando aquisições duplicadas e aumentando a confiabilidade da informação e a garantia de poder contar sempre com a última versão em vigor da norma a ser consultada.

O **Repositório Institucional do Ifes (RI/Ifes)**, foi regulamentado pelo Conselho Superior, por meio da aprovação das Resoluções N° 22 e 23, de 07 de agosto de 2017. O RI/Ifes é o portal de acesso às produções intelectuais, armazenadas em formato digital, da comunidade científica do Ifes. Permite a busca e a recuperação das produções intelectuais da instituição para seu posterior uso, tanto nacional quanto internacional.

11.9- Ambientes profissionais vinculados ao curso

Não se aplica, pois o curso aqui apresentado é presencial.

12- PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa do Ifes *campus* Venda Nova do Imigrante já se encontra em pleno funcionamento. Dispõe dos recursos humanos, corpo docente, que, atualmente, tem atendido à demanda das disciplinas. Do mesmo modo, toda a bibliografia que se faz necessária, no momento, para o uso dos docentes e discentes é encontrada em nossa biblioteca. Todos os demais recursos materiais estão disponíveis na estrutura de nosso *campus*.

13- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. **Documentos Finais do VI, VII, VIII, IX e X Encontros Nacionais da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, 1992 a 2000**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Recife.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 01 abr. 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CES Nº 492/2001, de 3 de abril de 2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CES Nº 18, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 492, de 03 de abril de 2001**. Disponível em: <>.

Acesso em: 06 abr. 2022.

_____. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 06 abr. 2022.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <>. Acesso em:

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <>. Acesso em:

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12708>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o%20Sistema,n%C2%BA%209.394%2C%20de%2020%20de>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP Nº 03/2004, aprovado em 10 de março de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis Nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 21 nov. 2021.

_____. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 20 ago. 2022

_____. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do Art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis Nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do Art. 82 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Art. 6º da Medida Provisória Nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 20 ago. 2022

_____. **Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207234&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.234%2C%20DE%2019,Nacional%20de%20Assist%C3%AAncia%20Estudantil%20%2D%20PNAES.>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá

outras providências. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 mai. 2022.

_____. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 02 abr. 2022.

_____. **Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 01, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 02, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10988&Itemid=>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

_____. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 ago. 2022.

_____. **Decreto Nº 7.824 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.824%2C%20DE%2011,que%20lhe%20confere%20o%20art.>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP Nº 02/2015, aprovado em 9 de junho de 2015.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17625-parecer-cne-cp-2-2015-aprovado-9-junho-2015&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n. 2, de 15 de junho 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em <
<
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22012.pdf?query=Curr%C3%ADculos#:~:text=Link%20copiado!&text=Estabelece%20as%20Diretrizes%20Curriculares%20Nacionais%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambienta>
>
Acessado em

_____. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <
<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 03 abr. 2022.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União. Seção 1. Brasília, DF, 22 dez 2017a. Disponível em: <
<
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. 2022

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução Nº 7 de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 7.612/2014. Disponível em: <
<
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 02, de 20 de dezembro de 2019a.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <
<
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Governo Federal. (2002). **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II).** Disponível em: <
<
<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhII/Texto%20Integral%20PNDH%20II.pdf>>. Acesso em 30 set. 2022

_____. **Lei Nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019.** Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa. Disponível em: <
<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13796.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 715-726, 2012.

FERRAZ, M. J. et al. A avaliação formativa: algumas notas. I.I.E. In: FERRAZ M. J. et al (1994). **Pensar avaliação, melhorar aprendizagem**. Lisboa: I.I.E. Disponível em: www.des.min.edu.pt/encontros/avaliacao/texto03.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Espírito Santo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Superior. **Resolução Nº 19, de 09 de maio de 2011**. Política de Assistência Estudantil do Ifes. Disponível em: [http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2013/\(RES_CS_19_2011_Pol%C3%ADtica_Assist%C3%Aancia_Estudantil\).pdf](http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_2011_Pol%C3%ADtica_Assist%C3%Aancia_Estudantil).pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. Conselho Superior. **Resolução do Conselho Superior Nº 43/2012, de 10 de julho de 2012**. Aprova a forma de ingresso nos cursos de graduação presenciais e a distância do Ifes. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2012/Res_CS_43_2012_-_Uso_do_Enem.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. **Portaria Nº 1.226/2012**. Aprova procedimento de entrega de trabalhos de conclusão de curso nas bibliotecas. Disponível em: https://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/CEPE/portarias/Portaria_1226_2012_Aprova_procedimentos_de_entrega_de_tcc_graduacao_nas_bibliotecas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Portaria Nº 1.063, de 5 de junho de 2014**. Homologar, na forma do Anexo I desta Portaria, o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE. Disponível em: <https://gedoc.ifes.edu.br/visualizarDocumento/?d=L3Zhci9zb2xyL3NoYXJIL2JvbGV0aW0vUmVpdG9yaWEvR1lvMjAxNC9OIDA2L1BvcnRhcmIhIG7CuiAxMDYzIC0gMjAxNCAtIEhvbW9sb2dhIHJlZ3VsYW1lbnRvIGRvIE5BUE5FLnBkZg==&inline>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Anexo à Portaria Nº 1.063, de 5 de junho de 2014**. Disponível em: <https://gedoc.ifes.edu.br/visualizarDocumento/?d=L3Zhci9zb2xyL3NoYXJIL2JvbGV0aW0vUmVpdG9yaWEvR1lvMjAxNC9OIDA2L1BvcnRhcmIhIG7CuiAxMDYzIC0gMjAxNCAtIEFuZXhvIEkucGRm&inline>. Acesso em: 07 abr. 2022.

_____. **Portaria Nº 550, de 11 de março de 2022**. Disponível em: <https://gedoc.ifes.edu.br/documento/11AEF17601E1471F0077D4E54DB5E4E7?inline>
Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Portaria DG Nº 431 de 28 de setembro de 2017**. Disponível em: <https://gedoc.ifes.edu.br/documento/6A6F97D49E00D14191B172557802FB8D?inline>
Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Nº 1.896, de 08 de julho de 2016**. Código de Ética e Disciplina do Corpo Discente do Ifes. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/portaria_1896-2016_codigo_etica_disciplina_corpo_discente_ifes.pdf. Acesso em: 31 set. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 160, de 05 de agosto de 2016**. Regimento interno dos campi do Ifes. Disponível em <https://ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/regimento-interno-campi-ifes-2016.pdf>. Acesso em: 31 set. 2022.

_____. **Portaria Nº 1.149, de 24 de maio de 2017**. Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo nas Modalidades Presencial e a Distância. Disponível em: <https://ifes.edu.br/images/stories/files/Pro_reitoria_ensino/atualizacao_rod/PORTARIA_N_1149-2017_Homologa_ROD_Graduacao.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Nº 34, de 9 de outubro de 2017**. Homologar a presente Resolução que institui Diretrizes Operacionais para Atendimento a Alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2017/Res_CS_34_2017_-_Institui_diretrizes_operacionais_para_atendimento_alunos_necessidades_especiais.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Nº 55, de 19 de dezembro de 2017**. Institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2017/Res_CS_55_2017_-_Institui_procedimentos_de_identifica%C3%A7%C3%A3o_acompanhamento_e_certifica%C3%A7%C3%A3o_de_alunos_com_Necessidades_Espec%ADficas_-_Alterada_Res_19_2018.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

_____. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos**: documento impresso e/ou digital. 8 ed. rev. e ampl. Vitória: Ifes, 2017e. Disponível em: <https://vandanova.ifes.edu.br/images/stories/files/Normas_para_apresenta%C3%A7%C3%A3o_de_trabalhos_acad%C3%AAmicos_e_cient%C3%ADficos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Nº 20, de 13 de julho de 2018**. Homologa o Regulamento da CPA – Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Disponível em: <https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/CPA/Res_CS_20_2018_-_Homologa_o_regulmanento_da_Comiss%C3%A3o_Permanente_de_Avalia%C3%A7%C3%A3o_do_ifes_.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022

_____. Conselho Superior. **Resolução Nº 19, de 13 de julho de 2018**. Altera a Resolução Nº 55/2017 de 19/12/2017 que institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2018/Res_CS_19_2018_-_Altera_Resolu%C3%A7%C3%A3o_55_2017_-_Institui_procedimentos_de_identifica%C3%A7%C3%A3o_acompanhamento_e_certifica%C3%A7%C3%A3o_de_alunos_com_Necessidades_Espec%ADficas.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Normas para elaboração de referências – NBR 6023**: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2018d. Disponível em: <https://vendanova.ifes.edu.br/images/stories/files/Normas_para_elabora%C3%A7%C3%A3o_de_refer%C3%AAsncias_2018.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 48 de 6 de dezembro de 2019**. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2- 2024/1. Disponível em: <https://ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_48_2019_-_PDI_-_Anexo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 1, de 11 de março de 2019**. Estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_1_2019_-_Estabelece_procedimentos_para_abertura_implanta%C3%A7%C3%A3o_acompanhamento_e_revis%C3%A3o_de_Projeto_Pedag%C3%B3gico_de_Curso_de_Gradua%C3%A7%C3%A3o_do>Ifes.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 15, de 31 de maio de 2019c**. Altera a Resolução CS nº 43/2012. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_15_2019_-_Altera_Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_43_2012_-_Aprova_utiliza%C3%A7%C3%A3o_da_not_a_do_resultado_Enem.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 64, de 13 de dezembro de 2019d**. Cria o Núcleo Docente Estruturante nos cursos de graduação do Instituto Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_64_2019_-_Criar_o_N%C3%BAcleo_Docente_Estruturante_nos_cursos_de_Gradua%C3%A7%C3%A3o_do>Ifes.pdf>. Acesso em: 03 set. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 63, de 13 de dezembro de 2019e**. Estabelecer as normas e os procedimentos para a constituição e o funcionamento dos Colegiados dos Cursos Superiores do Ifes. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_63_2019_-_Estabelecer_as_normas_e_os_procedimentos_Colegiados_dos_Cursos_Superiores_do>Ifes.pdf>. Acesso em: 03 set. 2022.

_____. Pró-reitoria de Ensino. **Instrução Normativa Nº 01, de 25 de maio de 2020** - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Disponível em: <https://proen.ifes.edu.br/images/stories/INSTRU%C3%87%C3%83O_NORMATIVA_N_01-2020_DE_25_DE_MAIO_DE_2020.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 38, de 13 de agosto de 2021**. Regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_38_2021_-_Regulamenta_as_diretrizes_para_as_Atividades_de_Extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 58, de 15 de outubro de 2021**. Normatiza a oferta de componentes curriculares a distância e o uso de tecnologias educacionais nos

cursos presenciais do Ifes. Disponível em:

<https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_58_2021_-_Componentes_Curriculares_a_distancia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

Portaria Nº 258, de 2 de junho de 2014. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2014/portarias_diretrizes_ns_233_a_266_de_02_de_junho_2014.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

LUCKESI. Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 9. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DO PAEBES. Disponível em:

<<https://www.paebes.caedufjf.net/wp>>. Acesso em 04 nov. 2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.** Disponível

em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Portaria Normativa Nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Portaria Nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v 4, n 1, p. 7-17, jan. 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial Nº 555, de 5 de junho de 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2022.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 17-44, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em 04 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 2020. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 13 set. 2022.

SAVIANI, Nereide. Currículo: um grande desafio para o professor. **Revista de Educação**, v. 16, 2003. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35520810/curriculo_Nereide_Saviani.pdf?1415722121=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCURRICULO_UM_GRANDE_DESAFIO_PARA_O_PROFESSOR.pdf&Expires=1599762458&Signature=JDZ7scdvLCs-OCJb1C1fSxkzarO5lq1PCuCzFCtpqikZ7e8ZOH79sdWnFH0aYJfxcST~wyZdfvFJcQ4qYgvSbsk3Rgf-SV81-ulffKftxV8BWn6RPkItYAecm1gfJ22Q7tVjk~pSjQkbFoO-teJF8Sd22hAY8RG3IKdxrOclhOfdGfHIY63Kur8ylptDOCFda-x5tIOkPVk5Bu-hGvinZyZN75JWI1QEAiDK4JHmEyjy9Uuv~ss9GwG~nJCRlIMtauQRJD~prQI0Za~D9sLodA4LFOBrHI6toB8xPoM5yPH3joCDe8Zk7i48nqK7I7ED62K16tQh74Ss2TSk5r~PnQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 01 set. 2022.

VYGOTSKY, L. A. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.



Emitido em 19/05/2023

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO N° 2/2023 - VNI-DIREN (11.02.33.10)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/05/2023 16:02)

ELIANE OLIVEIRA LORETE

DIRETOR - TITULAR

VNI-DIREN (11.02.33.10)

Matrícula: 2562936

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **2**, ano: **2023**, tipo: **PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**, data de emissão: **19/05/2023** e o código de verificação: **8ef93604b5**